

# **PAC 2015**

## **Prestação Anual de Contas**

CERSUL- Cooperativa de Distribuição de Energia e Desenvolvimento

CNPJ: 16.529.065/0001-69 IE: 256.780.692

<http://www.cersul.com.br/site/>

[cersul@cersul.com.br](mailto:cersul@cersul.com.br)

## Índice

<b>1 Relatório da Administração.....</b>	<b>03</b>
<b>2 Parecer do Conselho Fiscal.....</b>	<b>36</b>
<b>3 Demonstrações Contábeis Societárias .....</b>	<b>37</b>
<b>3.1 Balanço Patrimonial.....</b>	<b>37</b>
<b>3.2 Demonstração do Resultado do Exercício.....</b>	<b>39</b>
<b>3.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido .....</b>	<b>40</b>
<b>3.4 Demonstração do Fluxo de Caixa .....</b>	<b>41</b>
<b>3.5 Demonstração do Valor Adicionado.....</b>	<b>42</b>
<b>3.6 Notas Explicativas .....</b>	<b>43</b>
<b>3.7 Parecer do Auditor Independente.....</b>	<b>59</b>
<b>4 Demonstrações Contábeis Regulatórias .....</b>	<b>61</b>
<b>4.1 Balanço Patrimonial.....</b>	<b>61</b>
<b>4.2 Demonstração do Resultado do Exercício.....</b>	<b>62</b>
<b>4.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido .....</b>	<b>63</b>
<b>4.4 Demonstração do Fluxo de Caixa .....</b>	<b>64</b>
<b>4.5 Notas Explicativas .....</b>	<b>65</b>
<b>4.6 Relatório do Auditor Independente.....</b>	<b>93</b>

## **1 Relatório da Administração**

### **Senhoras e Senhores Cooperados,**

Apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades no exercício de 2015, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas do Balanço Patrimonial, Demonstração do Valor Adicionado – DVA e Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CERSUL - Cooperativa de Distribuição de Energia para a sociedade, parceiros e cooperados.

Faz saber, ainda, que a documentação relativa às contas aqui demonstradas encontram-se à disposição dos interessados e se coloca desde já, disponível para prestar os esclarecimentos que se julgarem necessário.

## **Mensagem do Presidente**

Foram muitas realizações em 2015, tendo sempre como objetivo principal a satisfação dos nossos associados. Para isso, investimos em redes elétricas, ampliamos a subestação adquirindo um 3º transformador, compramos novos veículos e equipamentos para agilizar o sistema de fatura. A equipe de trabalho foi fortemente capacitada, garantindo um trabalho seguro, eficaz e ágil para resolver as demandas de nossos sócios.

Ainda no ano de 2015, fomos a terceira cooperativa permissionária do Brasil acima de 10 mil unidades consumidoras com melhor índice de satisfação, pesquisa IASC (Índice ANEEL de satisfação de consumidor) feita pela ANEEL.

Apesar dos recentes aumentos no valor de energia, ainda somos a 3ª distribuidora de energia elétrica no Brasil e a 2ª cooperativa no estado de Santa Catarina, com as menores tarifas de energia elétrica.

Todas estas realizações e ações de desenvolvimento da cooperativa só estão sendo possíveis porque contam com um trabalho ético, transparente e comprometido da direção, conselheiros e colaboradores.

Agradecemos a todos pelo apoio neste primeiro ano de administração e aos nossos colaboradores pelo trabalho constante em prol da satisfação do nosso associado.

Turvo, 28 de março de 2016.

Muito Obrigado!

Everton Aldir Schmidt  
Presidente do Conselho Administrativo

## 1 PERFIL INSTITUCIONAL

A CERSUL é uma sociedade cooperativa, entidade sem fins lucrativos que atua no mercado de energia elétrica desde 1961 e tem presença consolidada entre as melhores cooperativas de infraestrutura do Estado em virtude da qualidade dos serviços que presta a seus associados.

No âmbito da distribuição de energia elétrica, tem como principais atividades prover, operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Essas atividades visam atender aos mais de 15,2 mil associados e demais consumidores de energia, pertencentes a 11 municípios da região Sul do Estado de Santa Catarina. Dentre esses municípios, 5 a permissão é exclusiva e nos outros 6 municípios, a permissão é dividida com outras cooperativas e concessionárias que atuam no Estado.

A distribuição se dá integralmente nos municípios de Turvo, Meleiro, Ermo, Morro Grande e Timbé do Sul, e parcialmente em Araranguá, Maracajá, Sombrio, Jacinto Machado, Forquilha e Nova Veneza.

Para o funcionamento do sistema e atendimento aos 11 municípios citados, a CERSUL se utiliza de duas Subestações, sendo uma própria, localizada no município de Turvo e outra da CELESC no município de Maracajá.

## 2 LIGAÇÃO DE CONSUMIDORES

No ano de 2015, foram realizadas 607 novas ligações o que representou uma redução de 3,34% em relação ao ano anterior. Estas ligações estão divididas por classe de consumo e apresentadas abaixo:

Ligação de Consumidores					
Classe	2015	2014	2013	2012	2011
Residencial	252	232	291	372	291
Industrial	113	143	127	122	10
Comercial	76	57	43	59	178
Rural	99	128	168	127	96
Poderes Públicos	6	7	5	10	7
Iluminação Pública	59	60	16	97	153
Serviço Público	2	0	0	1	3
Consumo Próprio	0	1	0	0	0
<b>Total</b>	<b>607</b>	<b>628</b>	<b>650</b>	<b>788</b>	<b>738</b>
<b>Variação</b>	<b>(3,34)</b>	<b>(3,38)</b>	<b>(17,51)</b>	<b>6,78</b>	<b>(3,15)</b>

Enfatizamos que na classe industrial abrange também as ligações feitas para as construções civis e após o término destas, as mesmas são reclassificadas para sua devida classe consumidoras.

### **3 MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA**

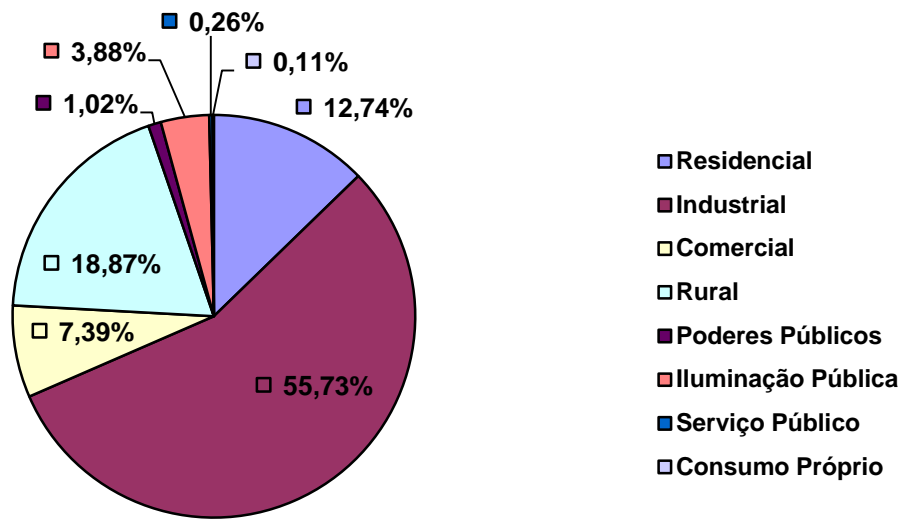
O consumo de energia elétrica na área de atuação da Cooperativa no ano de 2015 foi de 144.125,07MWh, tendo apresentado crescimento de 3,92% em relação a 2014.

As classes que mais consumiram energia elétrica no ano foram as industrial e rural, utilizando 80.320,63 e 27.201,17MWh respectivamente.

A seguir, são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período.

<b>Consumo de Energia (MWh)</b>					
<b>Classe</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Residencial</b>	18.359	18.034	15.630	14.694	13.786
<b>Industrial</b>	80.321	74.388	69.483	70.626	68.673
<b>Comercial</b>	10.654	10.318	9.080	8.893	8.087
<b>Rural</b>	27.201	28.364	25.943	24.500	21.034
<b>Poderes Públicos</b>	1.465	1.509	1.260	1.268	1.126
<b>Iluminação Pública</b>	5.587	5.405	5.251	4.990	4.643
<b>Serviço Público</b>	378	531	449	443	429
<b>Consumo Próprio</b>	161	145	129	140	133
<b>Total</b>	<b>144.126</b>	<b>138.694</b>	<b>127.225</b>	<b>125.554</b>	<b>117.911</b>
<b>Variação</b>	<b>3,92</b>	<b>9,01</b>	<b>1,33</b>	<b>6,48</b>	<b>12,63</b>

### CONSUMO POR CLASSE (2015)



### 3.1 Balanço Energético

<b>Balanço Energético ( dados em KWh)</b>					
<b>Energia Requerida</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2011</b>
Venda de Energia	117.910.673	125.553.830	127.225.666	138.694.433	144.112.994
-Fornecimento	117.910.673	125.553.830	127.225.666	138.694.433	144.112.994
-Suprimento p/ agentes de distribuição	0	0	0	0	0
Consumidores Livres/Dist./Geração	0	0	0	0	0
Consumidores Rede Básica	0	0	0	0	0
<b>Mercado Atendido</b>	<b>117.910.673</b>	<b>125.553.830</b>	<b>127.225.666</b>	<b>138.694.433</b>	<b>144.112.994</b>
Perdas na Rede Básica	0	0	0	0	0
Perdas na Distribuição	9.819.286	10.542.229	11.411.109	11.127.164	12.225.796
Perdas Técnicas	9.356.931	10.091.799	10.435.113	11.324.927	11.576.267
Perdas não Técnicas-PNT	462.355	450.430	975.996	-197.763	649.529
PNT/ Energia Requeridas	0	0	0	0	0
<b>Perdas Totais - PT</b>	<b>9.819.286</b>	<b>10.542.229</b>	<b>11.411.109</b>	<b>11.127.164</b>	<b>12.225.796</b>
<b>PT/ Energia Requerida %</b>	<b>7,69%</b>	<b>7,75%</b>	<b>8,23%</b>	<b>7,43%</b>	<b>7,82%</b>
<b>Total</b>	<b>127.729.959</b>	<b>136.096.059</b>	<b>138.636.775</b>	<b>149.821.597</b>	<b>156.338.790</b>



### 3.2 Perdas

A CERSUL mantém atenção permanente sobre o controle das perdas de energia, quer sejam técnicas ou comerciais. No ano de 2015 as perdas globais representaram 7,82% da energia injetada no sistema da cooperativa.

Em MWh			
Energia comprada	Energia Distribuída	Perdas	Perdas %
156.388,79	144.125,07	12.263,72	7,82

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Perdas Totais	9,095%	8,422%	8,433%	8,944%	7,965%	8,507%
Perdas Técnicas (PT)	7,563%	7,320%	7,410%	7,522%	7,555%	7,428%
Perdas não Técnicas (PNT)	1,533%	1,101%	1,023%	1,422%	0,409%	1,080%

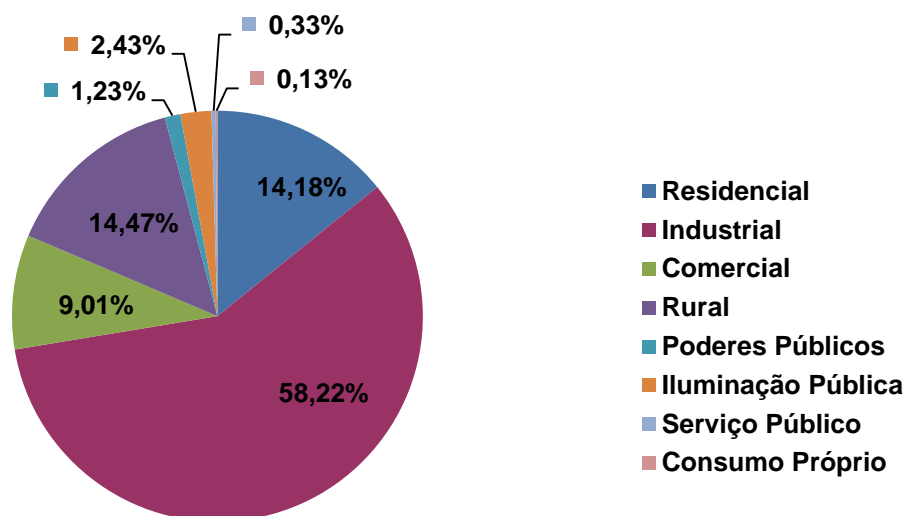
### 4 INGRESSOS POR CLASSE DE CONSUMO

As classes de consumo que mais contribuíram com ingressos pelo fornecimento de energia elétrica no ano foram a industrial e a rural. A classe industrial consumiu o valor de R\$ 25.448.601,83, e a classe rural R\$ 5.977.901.83.

A seguir são apresentados resultados sobre os ingressos decorrentes do fornecimento de energia elétrica e sua variação no período por classe de consumo:

Ingressos por classe de consumo - R\$ mil			
Classe	2015	2014	Varição %
Residencial	5.717	4.426	29,17
Industrial	25.449	18.175	40,02
Comercial	3.692	2.813	31,25
Rural	5.978	4.519	32,29
Poderes Públicos	491	385	27,53
Iluminação Pública	1.122	760	47,63
Serviço Público	103	104	(0,96)
Consumo Próprio	56	40	40
Total	42.608	31.222	36,47

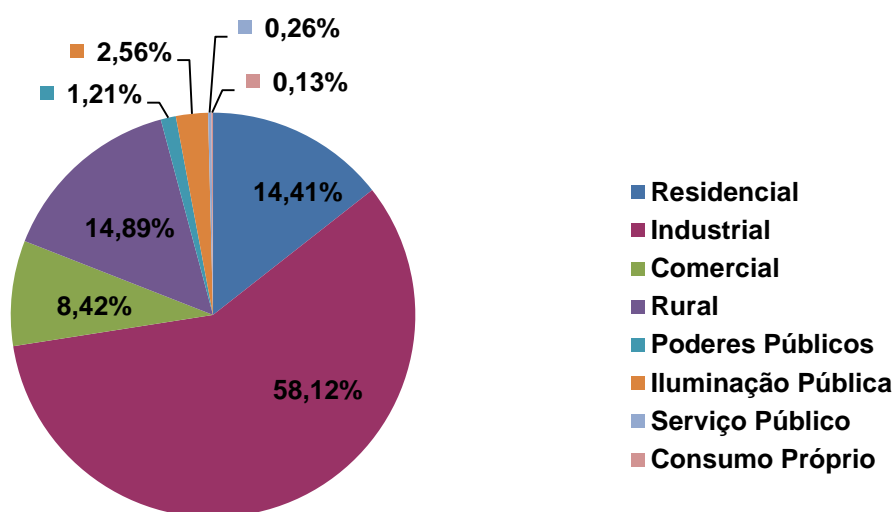
### INGRESSOS POR CLASSE (2015)



O ingresso decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 32.912.355,90 conforme quadro a seguir:

Ingressos por classe de consumo líquida de ICMS - R\$ mil			
Classe	2015	2014	Varição %
Residencial	4.741	3.663	29,43
Industrial	19.130	13.667	39,97
Comercial	2.772	2.112	31,25
Rural	4.901	3.701	32,42
Poderes Públicos	399	314	27,07
Iluminação Pública	842	570	47,72
Serviço Público	85	93	(8,60)
Consumo Próprio	42	30	40
<b>Total</b>	<b>32.912</b>	<b>24.150</b>	<b>36,28</b>

## INGRESSOS POR CLASSE (Líquida ICMS) (2015)

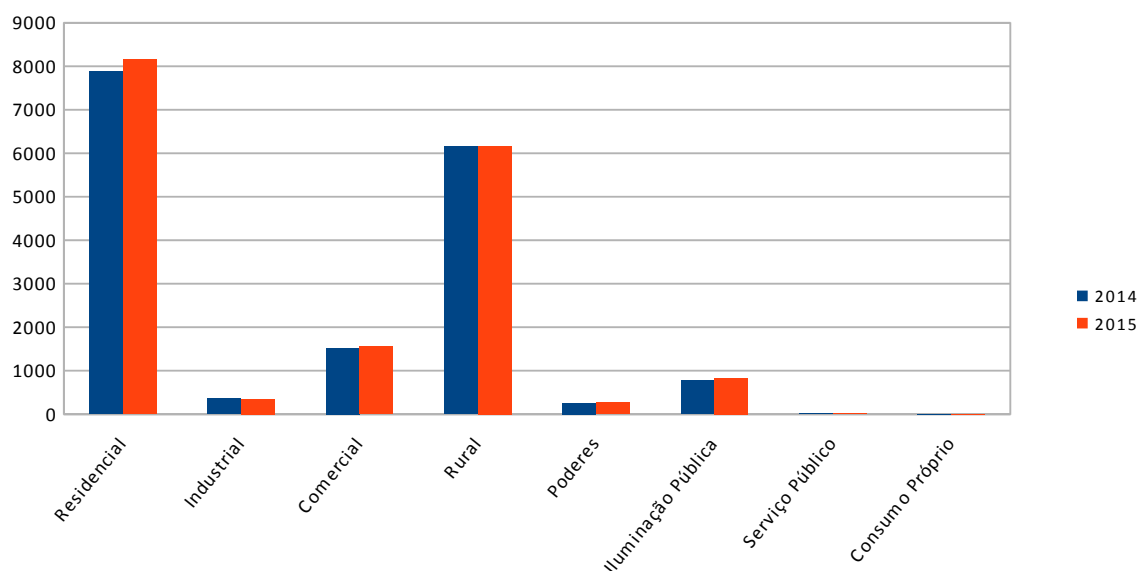


## 5 NÚMERO DE UNIDADES CONSUMIDORAS

Em dezembro de 2015, o número de unidades consumidoras chegou a 17.334, representando um crescimento de 2,13% em relação a dezembro de 2014, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de unidades consumidoras		
Classe	Dez/2015	Dez/2014
Residencial	8.153	7.880
Industrial	349	355
Comercial	1.552	1.521
Rural	6.162	6.153
Poderes Públicos	263	261
Iluminação Pública	829	779
Serviço Público	18	15
Consumo Próprio	8	8
<b>Total</b>	<b>17.334</b>	<b>16.972</b>

Abaixo gráfico representativo da tabela.



## 6 PROCESSOS TARIFÁRIOS

Anualmente a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL faz o reajuste tarifário, atualizando os custos não gerenciáveis da “parcela A”, e os custos gerenciáveis da “parcela B”, de modo a reajustar a receita das distribuidoras através do IPCA acumulado. A cada quatro anos, a ANEEL realiza uma “revisão tarifária ordinária”, a qual foi calculada através de metodologia específica para as Permissionárias de Energia Elétrica (Cooperativas).

A Cersul, no ano de 2015, passou por um reajuste tarifário, que aumentou os valores das tarifas repassadas para o consumidor, sendo 30,58% para os consumidores de alta tensão e 28,83% para os de baixa tensão. Resultando em uma média de 29,59%.

A seguir tabelas demonstrativas.

 <b>TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA</b>				
Nº RESOLUÇÃO	TIPO	DATA EMISSÃO	INICIO VIGÊNCIA	ABREVIATURA
1.956	Fornecimento	22/09/15	28/09/2015	Forn
CONVENCIONAL				
			TSDU + TUST + TE	
GRUPO	CLASSIFICAÇÃO		TARIFA EM R\$ COM ICMS	
			DEMANDA	ENERGIA
B1	<i>Residencial Baixa Renda*</i>	Até 30 kWh	-	0,11440
		De 31 a 100 kWh	-	0,19611
		De 101 a 150 kWh	-	0,29417
		De 151 a 220 kWh	-	0,34516
		Acima de 220 kWh	-	0,38352
	<i>Residencial Normal</i>	Até 150 kWh	-	0,33336
Acima de 150 kWh		-	0,39114	
B2	<i>Rural</i>	Até 500 kWh	-	0,22335
		Acima de 500kWh	-	0,26206
	<i>Serviço Púb. de Irrigação</i>	Até 500 kWh	-	0,20002
		Acima de 500kWh	-	0,23469
B3	<i>Comercial, Serviços e Outras Atividades</i>		-	0,39114
	<i>Industrial</i>		-	0,39114
	<i>Poder Público</i>		-	0,39114
	<i>Água, Esgoto e Saneamento (Redução 15%)</i>		-	0,33247
B4a	<i>Iluminação Pública</i>		-	0,21513
A4 (2,3KV a 25KV)	<i>Todas As Classes</i>		32,16	0,26444
	<i>Água, Esgoto e Saneamento (Redução 15%)</i>		27,34	0,22477
	<i>Rural (Redução 10%)</i>	Até 500 kWh	28,94	0,20284
		Acima de 500kWh		0,23800

A1 = igual ou superior a 230kV A2 = 66kV a 138kV A3 = 69kV A3a = 30 a 44kV A4 = 2,3 a 25kV

TARIFA DE ENERGIA ELÉTRICA				
Nº RESOLUÇÃO	TIPO	DATA EMISSÃO	DATA VALIDADE	ABREVIATURA
1.956	Fornecimento	22/09/2015	28/09/2015	Forn
<b>TARIFAS DE FORNECIMENTO EM R\$ COM ICMS</b>				
<b>HORO SAZONAIS - AZUL</b>				
			TUSD + TUST + TE	
SEGMENTOS HORO SAZONAIS			PONTA	FORA DE PONTA
	SUB-GRUPOS	COMPONENTES		
A4	<i>Demais Classes</i>	<i>Demanda</i>	28,92	10,59
		<i>Consumo</i>	0,39704	0,25237
<b>HORO SAZONAIS - VERDE</b>				
SEGMENTOS HORO SAZONAIS			PONTA	FORA DE PONTA
	SUB-GRUPOS	COMPONENTES		
A4	<i>Demais Classes</i>	<i>Demanda</i>	10,61	
		<i>Consumo</i>	1,11654	0,25237

## 7 QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir.

<b>Qualidade do Fornecimento (Indicadores DEC e FEC)</b>			
<b>ANO</b>	<b>DEC (h)</b>	<b>FEC (Interrupções)</b>	<b>Tempo de Espera (h)</b>
<b>2010</b>	13,56	14,27	68,61
<b>2011</b>	6,41	7,03	68,62
<b>2012</b>	5,86	9,48	57,46
<b>2013</b>	9,38	8,12	52,25
<b>2014</b>	6,23	14,25	58,79
<b>2015</b>	6,32	7,86	56,75

## 8 ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR

A CERSUL conta hoje com seis postos de atendimento ao consumidor com dias e horários diferenciados, sendo estes:

- Turvo – Segunda a sexta – horário: 07:45 as 11:15 e 13:45 as 17:15.
- Meleiro - Segunda a sexta – horário: 07:45 as 11:15 e 13:45 as 17:15.
- Timbé do Sul - Segunda a sexta – horário: 08:00 as 11:00 e 14:00 as 17:00.
- Morro Grande - Segunda a sexta – horário: 07:30 as 11:30.
- Ermo – Segunda, quarta e sexta – horário: 08:00 as 11:00.
- Maracajá – Terça – horário 08:30 as 11:30 e 13:30 as 16:30.

Além dos postos de atendimento, a CERSUL dispõe do serviço de

telecomunicação gratuito (0800-6431920) e com agência virtual através do site: [www.cersul.com.br](http://www.cersul.com.br) para aproximar e facilitar cada vez mais o contato entre os associados/consumidores à Cooperativa.

Apresentamos os atendimentos realizados no ano de 2015, que totalizaram aproximadamente 47.401, sendo estes:

- 30.575 presenciais nos postos de atendimento;
- 8.077 atendimentos através do CallCenter (0800);
- 8.563 pela agência virtual (site);
- 172 outros tipos de atendimentos.

## **9 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

O desenvolvimento das diversas áreas de uma Permissionária de Energia Elétrica depende do suporte adequado da Tecnologia da Informação (TI), onde facilita e auxilia nos processos e tomada de decisões. Mediante sistemas de informação (software), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Em 2015 foram investidos aproximadamente R\$ 37.000,00 em um novo dispositivo de armazenagem de dados (Storage) e um novo nobreak para o C.P.D, pois os equipamentos atuais estavam apresentando problemas devido ao tempo de uso.

Visando a integração dos sistemas informatizados, foi alterado o sistema da folha de pagamento e cartão ponto, com isso ganhamos agilidade nos processos e segurança das informações evitando retrabalhos. Ainda no setor de RH foi adquirido mais uma ferramenta de gestão de EPIs, treinamentos e saúde dos colaboradores o qual dará mais agilidade no gerenciamento das informações.

O sistema do setor de projetos também fora atualizado, que agora possui o controle automatizado de algumas rotinas e uma maior integração do gerenciamento das ordens (ODI, ODD e ODS) com almoxarifado e contabilidade. Na mudança do setor de projetos para a sede social também houve a necessidade de adequação do sistema de telefonia (análogo para digital) e da infraestrutura de rede de dados naquele local.

## 10 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

### 10.1 Ingresso operacional bruto

Em 2015, os ingressos decorrentes do fornecimento de energia, construção da infraestrutura e serviços, atingiram o valor de R\$ 48.979.146,34 que representou um aumento de 24,41% se comparado ao ano de 2014 (R\$ 39.370.670,26).

### 10.2 Ingresso operacional líquido

Em 2015, o Ingresso Operacional Líquido, que é obtido após a dedução dos tributos e encargos setoriais, teve um acréscimo de R\$ 1.825.181,46 e atingiu o montante de R\$ 33.400.066,16, representando 5,78% de aumento em relação a 2014 (R\$ 31.574.884,70), este acréscimo ocorreu, pelo aumento de consumo que vem crescendo anualmente e pelo reajuste da tarifa que ocorreu no mês de setembro de 2015.

### 10.3 Sobra líquida

A CERSUL encerrou o Exercício Social de 2015 com Sobra Líquida de R\$ 1.853.812,92, valor este 42,07% inferior ao realizado no ano anterior (R\$ 3.200.245,70). O resultado negativo refletiu-se em virtude da assinatura, no mês de dezembro de 2015, de um adendo do contrato de permissão entre a Cersul e a ANEEL no qual este autoriza a permissionária a contabilizar os ativos e passivos regulatórios na contabilidade societária.

#### Indicadores contábeis

R\$ mil	2015	2014	Variação%
Ingresso operacional	48.978	39.371	24,40
Deduções do ingresso	15.579	7.796	99,83
Ingresso operacional líquido	33.399	31.575	5,78
Custos do serviço de energia elétrica	31.478	29.069	8,29
Sobra bruta	1.921	2.506	(23,34)
IRPJ/CSLL s/ ato não cooperativo	17	24	(29,17)
Sobra líquida	1.853	3.200	(42,09)
Patrimônio líquido	72.636	56.725	28,05



### Índices econômicos financeiros.

	2015	2014	Variação %
Liquidez corrente	1,67	2,09	(20,09)
Liquidez geral	2,96	4,65	(36,34)
Endividamento total (%)	15,87	10,00	58,70
Rentabilidade s/ patrimônio (%)	2,55	5,64	(54,79)

### 11 INVESTIMENTOS

Em 2015, o investimento da CERSUL na ampliação e melhoria de redes ultrapassou o valor de 6,2 milhões de reais. No quadro abaixo verificamos os investimentos realizados no ano:

Investimentos de 2015 - R\$ mil	
Linhas e redes de distribuição	5.445
Veículos	338
Sistema de Medição	337
Software	62
Móveis, Máquinas e Equipamentos	58
Total	6.240

A seguir, detalhamento dos investimentos em linhas e redes por município:

Investimento em linhas e redes por município 2015 - R\$ mil	
Ermo	660
Maracajá	157
Morro Grande	951
Timbé do Sul	806
Meleiro	1.221
Turvo	1.323
Araranguá	253
Jacinto Machado	8
Forquilha	55
Sombrio	5
Nova Veneza	5
Total	5.444

Para 2016, a previsão é investir aproximadamente 3 milhões de reais, conforme quadros a seguir.

Investimentos por município para 2016 - R\$ mil	
Maracajá	76
Meleiro	77
Morro Grande	112
Timbé do Sul	87
Turvo	606
<b>Total</b>	<b>958</b>

Para 2016, a previsão é investir aproximadamente 2,174 milhões de reais, conforme quadro a seguir.

Demais Investimentos para 2016 - R\$ mil	
Investimentos em redes de média e baixa tensão	2.000
Medições Novas Polifásicas e Monofásicas	169
Medições Novas do grupo A4 (3 indústrias)	5
<b>Total</b>	<b>2.174</b>

Principais obras para 2016:

Obra	Local	Extensão		Valor (R\$)
		AT (Km)	BT (Km)	
Rede Seminário – Linha Contessi	Turvo	2,8	2,8	435.258,90
Rede Boca do Pique – Novo Paraíso	Meleiro	1,6	1	77.209,00
Rede Linha Vassoler	Morro Grande	2,2	1,2	111.750,71
Rede Próx. Acesso Norte - Carbonífera	Maracajá	1,5	0,6	76.193,70
Rede Vila Nova (Conclusão)	Timbé do Sul	1,8	1	86.860,00
Rede Boa Vistinha	Turvo	3,2	2,6	161.164,60

## **11.1 Centro de operação da distribuição – COD**

Em 2015 foram substituídos dois computadores utilizados para o sistema supervisorio da subestação e dos equipamentos em campo, no valor total de R\$2.696,00.

Para o ano de 2016 é previsto a fusão dos sistemas supervisorios da subestação e dos equipamentos em campo, o valor estimado é R\$70.000,00.

## **11.2 Operacional**

Em 2015, foi adquirida uma nova camionete Fiat Strada no valor de R\$ 46.675,17, duas Toyotas Hilux cabine simples com tração 4x4 no valor de R\$ 88.102,50 cada, um guindaste hidráulico PKK 23000 para o caminhão Ford Cargo 1729 no valor de R\$ 105.500,00, foram realizadas reformas em cestos aéreos no valor de R\$ 23.500,00. Resultando num montante de R\$ 351.880,17. As aquisições acima citadas são utilizadas na construção nas reformas das redes solicitadas pelos consumidores.

### **11.2.1 Expansão e melhoria de redes de distribuição**

Devido ao crescimento do mercado e visando a melhoria contínua de nossas redes de distribuição de energia elétrica e para o atendimento adequado aos Associados/Consumidores a Cooperativa realizou no ano de 2015 o total de **72.200m** em obras de expansão e melhoria em redes de alta tensão (AT), baixa tensão (BT) e a instalação de **138 transformadores**. A seguir destacamos as principais obras realizadas:

#### **Turvo**

- Rede alimentadora Subestação – Coopersulca; 1.100m; rede de AT.
- Rede Vila São José - Morro Azul II; 1.500m; AT: 1.500m e BT: 124m.
- Rede Rua Usílio Tonetto – José Malgarezi – Luiz Miro Fascin; 1.345m; AT: 1.345m e BT: 1.200m.

## **Meleiro**

- Continuidade e finalização rede Sanga Grande – Limeira; AT: 2.500m de BT; 1.500m.
- Rede Rio do Meio; 1.200m; AT/BT 1.200m.
- Rede Bairro Estreito; 705m; AT/BT 705m.

## **Timbé do Sul**

- Continuidade e finalização rede Vila Nova; AT: 2.900m e BT: 2.000m.
- Rede Areia Branca; 670m; AT/BT 670m.

## **Morro Grande**

- Continuidade e finalização rede Três Barras; 4.500m, AT/BT: 4.500m.
- Rede Nova Roma; 670m; AT: 670m e BT: 120m.

## **Araranguá**

- Continuidade e finalização rede Costa da Lagoa; 1100; AT: 1.100m e BT: 1.000m.



Figura 1: Rede comunidade Vila São José – Morro Azul II; Turvo.



Figura 2: Rede comunidade Vila São José – Morro Azul II; Turvo.



Figura 3: Rede Rua Luiz Miro Fascin; Turvo.



Figura 4: Rede Rua Usílio Tonetto; Turvo.



Figura 5: Rede Rua Usílio Tonetto; Turvo.



Figura 6: Rede Bairro Estreito; Meleiro.



Figura 7: Rede Bairro Estreito; Meleiro.





Figura 8: Loteamento Social, Morro do Soares; Ermo.



Figura 9: Comunidade Santana; Ermo.





Figura 10: Comunidade Santana; Ermo.

### **11.3 Projetos**

Em 2015 foi substituído o GPS que é utilizado para levantamento de dados das redes de distribuição, possibilitando maior confiabilidade na estrutura georreferenciada do sistema. O valor da substituição foi de R\$ 32.520,00. Neste ano o orçamento de novas ligações e redes em campo passou a ser feito por duas equipes, sendo uma equipe responsável pelos orçamentos mais complexos e a outra pelas solicitações que necessitam de um prazo mais curto de atendimento e novos pedidos de ligação dos associados.

Para 2016 não serão necessários investimentos de infraestrutura do setor, porém serão feitos aperfeiçoamentos e treinamentos na área de elaboração de projetos de redes de distribuição.

### **11.4 Subestação 69 KV**

No início do 2º trimestre de 2015 foram gastos aproximadamente R\$ 88.071,27 na finalização da obra que possibilitou a interligação da nova linha da Celesc de Forquilha com a subestação da Cersul em Turvo. Atualmente a rede Cersul é

alimentada por duas linhas da Celesc, uma conectada a subestação da Celesc em Araranguá e a outra conectada à subestação Rede Básica de Forquilha. Com essa nova estrutura de transmissão houve um beneficiamento de todo extremo sul catarinense, e para nossos consumidores aumenta a segurança e a confiabilidade da distribuição.

Em 2015 começou a ampliação da subestação Turvo terminando o ano com 95% da obra concluída, gerando um custo de R\$ 3.741.962,61 até o final do ano. Nesta obra foi instalado um novo transformador de força de 20/26 MVA, um novo “bay” para alimentadores e demais acessórios. Este investimento aumenta em 50% a capacidade de fornecimento de energia elétrica da Cersul, considerando também a segurança energética já que a Cersul garantirá poder de transformação reserva até 2025.

Foram investidos R\$ 83.054,54 para a ampliação do sistema PLC, sistema de leitura, corte e religamento remoto de medidores do sistema.

Para o ano de 2016, estão previstos as finalizações das obras de ampliação da subestação com um desembolso estimado em R\$ 232.000,00 e da ampliação do sistema de leitura remota de medidores com um valor previsto de R\$ 33.000,00, ambas tem previsão para finalização no primeiro trimestre.

### **11.5 Captação de recursos**

Os investimentos de 2015 foram realizados todos com recursos próprios.



### 13 COMPARATIVO DE INVESTIMENTOS EM MÁQUINAS E EQUIP. DA DISTRIBUIÇÃO

A seguir a apresentação compulsória para os agentes de distribuição e a comparação do PDD entregue até 30 de abril de 2016 com o do ano anterior.

Comparativa de Investimentos em Máquinas e Equip. da Distribuição						
<b>PDD 2016</b>	<b>2015-R</b>	<b>2016-P</b>	<b>2017-P</b>	<b>2018-P</b>	<b>2019-P</b>	<b>2020-P</b>
	R\$ 3.869.150,39	R\$ 12.165.344,55	R\$ 4.698.135,76	R\$ 5.161.891,45	R\$ 5.290.692,64	R\$ 5.397.407,90
<b>PDD 2015</b>	<b>2015-P</b>	<b>2016-P</b>	<b>2017-P</b>	<b>2018-P</b>	<b>2019-P</b>	
	R\$ 11.265.965,52	R\$ 3.707.282,37	R\$ 3.593.101,41	R\$ 3.913.802,77	R\$ 3.893.219,08	
<b>Diferença</b>	<b>-65,66%</b>	<b>228,15%</b>	<b>30,75%</b>	<b>31,89%</b>	<b>35,90%</b>	

Diferença de -65,66% entre o planejado para o ano de 2015 no PDD de 2015 e o executado no ano de 2015:

No ano de 2015 os investimentos previstos foram feitos em sua maioria, porém devido a obras de grande porte na subestação, obras estas não finalizadas no ano em questão e sim no ano seguinte, ou seja, 2016, só puderam ser imobilizadas no referido ano.

Diferença de 228,15% entre o planejado para o ano de 2016 no PDD de 2015 e o planejado para 2016 no PDD 2016:

Como citado anteriormente no que se refere ao ano de 2015, grande parte desta diferença deveu-se a grandes obras realizadas na subestação no ano de 2015 que foram finalizadas e energizadas apenas em 2016, ano que entrarão no imobilizado, escopo do PDD.

Diferenças entre planejamentos relativas aos anos de 2017, 2018 e 2019:

As diferenças nestes anos subsequentes a 2016 deveram-se a novas prioridades estabelecidas, mudança de linhas de pensamento, atualização de preços de mercado e empresas de grande porte com previsão de conexão à rede da permissionária.

## 14 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da CERSUL, em 31 de dezembro de 2015, é de R\$ 149.452,00, representado por cotas-partes de 15.256 associados com direito a 1 (um) voto cada, independente do número de cotas que o mesmo tenha adquirido, conforme reza o Estatuto Social.

Abaixo são apresentados resultados sobre a evolução do número de associados da Cooperativa e sua variação no período.

Número de associados		
2015	2014	Variação % 2015-2014
15.256	14.672	4

## 13 GESTÃO DA QUALIDADE

Em 23 de outubro de 2015 a Cersul passou por uma nova auditoria externa com a empresa DQS, onde não foram encontradas não conformidades que pudessem afetar o desenvolvimento das tarefas executadas, com isso a Cersul mantém a validade do certificado por mais um ano.



### 13.1 Pontos positivos da Cersul vistos pelo auditor da empresa Alemã DQS

- Investimento em infraestrutura de Rede: Novo transformador na subestação, 13 novos reguladores de tensão, nova linha de alimentação (redundância);
- Prudência da equipe de campo em identificar ações de melhoria e segurança para os clientes;

- Sistema Supervisório informatizado de controle de tensão da subestação e dos ramais de distribuição;
- Proatividade e, melhorar a qualidade da energia com foco na satisfação dos clientes acima das exigências da ANEEL.

### 13.2 Metas setoriais Cersul

Ao final do ano de 2015 podemos ver as médias finais de cada setor. As gerências junto a seus colaboradores definiram metas ousadas e desafiadoras a serem implementadas, obtendo êxito em 91,2% dos indicadores de produtividade distribuídos em cada setor da CERSUL:

MÉDIA DOS INDICADORES SETORIAIS DA CERSUL					
PRESIDENTE MÉDIA= 9,12		JAN – DEZ/15			
GERENCIA ADMINISTRATIVA MÉDIA= 9,27		GERENCIA TÉCNICA MÉDIA= 9,30		GERENCIA COMERCIAL MÉDIA= 8,79	
FINANCEIRO NOTA= 9,66		PROJETOS NOTA= 8,67		ATENDIMENTO COMERCIAL NOTA= 9,36	
CONTABILIDADE NOTA= 9,69		OPERACIONAL NOTA= 9,09		COBRANÇA NOTA= 7,96	
RECURSOS HUMANOS NOTA= 9,67		QUALIDADE DA ENERGIA NOTA= 9,44		FATURAMENTO NOTA= 9,41	
SUPRIMENTOS NOTA= 8,65		C.O.D NOTA= 10,00		INFORMÁTICA NOTA= 8,44	
ALMOXARFADO NOTA= 8,71					

### 14 DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

Todos os anos a Cersul mostra através de ações seu comprometimento social, promovendo e patrocinando projetos, programas, eventos sociais, culturais e ambientais, voltados para a comunidade, incluindo sempre os funcionários, associados e consumidores nas atividades.

## **14.1 Recursos humanos**

A cooperativa possui um setor específico e organizado de gestão de pessoas, e aplica todos os subprocessos de RH (Processo Agregar, Aplicar, Manter, Desenvolver, e monitorar), de forma que facilita o contato com os colaboradores e desenvolve um clima organizacional favorável.

Pois as pessoas têm emoções, ideais, valores éticos e morais que podem influenciar o ambiente de trabalho. Diante disto é que a Cersul vêm por meio de um profissional da área aplicar os conhecimentos da psicologia organizacional com trabalhos de desenvolvimento, orientações e quando necessário encaminhamento e acompanhamento dos colaboradores no que se refere à saúde biopsicossocial. Trabalho esse vital para desenvolvimento das pessoas e conseqüentemente da organização, com intuito de obter um ambiente e clima organizacional equilibrado, favorável e estável para enfrentar os desafios do ambiente externo.

A CERSUL, durante o ano de 2015, admitiu 03 (três) novos colaboradores e no mesmo período, 04 (quatro) desligaram-se da cooperativa que encerrou o ano com um total de 106 colaboradores, sendo 100 (cem) ativos, 05 (cinco) inativos e 01 (um) representante sindical.

Entre os benefícios concedidos pela CERSUL aos seus colaboradores, além dos previstos pela legislação destacam-se: auxílio educação, auxílio alimentação, plano de saúde e seguro de vida.

## **14.2 Saúde e segurança no ambiente de trabalho**

A sobriedade e seriedade do trabalho desenvolvido pela Cersul também é traduzido pelos uniformes usados por seus colaboradores. É pensando sempre na qualidade e boa apresentação de seus funcionários é que a cooperativa investiu no ano de 2015 R\$ 41.944,58 mil em uniformes.

Os Equipamentos de Proteção, tanto de forma Individual como coletiva, são produtos utilizados pelos trabalhadores, destinado à proteção contra riscos capazes de ameaçar a sua segurança e a saúde. Os tipos de EPI's e EPC's utilizados podem variar

dependendo do tipo de atividade ou de riscos e da parte do corpo que se pretende proteger. Prezando sempre pela segurança de seus colaboradores a Cersul investiu no ano de 2015 o valor de R\$ 23.615,26 em equipamentos de proteção.

A Cersul terceiriza a elaboração dos laudos técnicos na área de segurança com a empresa COSET e realiza os procedimentos relacionados com medicina do trabalho através da Dr<sup>a</sup> Giani Micheli Frare Peck.

Nos dias 27 a 31 de Julho de 2015, foi realizado o XI SIPAT CERSUL (Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho). Diversas atividades foram desenvolvidas com os colaboradores durante a semana como: exames laboratoriais e orientação médica para os mesmos, palestra motivacional, palestra sobre a saúde do coração e gincana, totalizando um investimento no valor de R\$ 18.897,39.

Em novembro de 2015 tomou posse a nova diretoria da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA, focando na segurança e na prevenção dos acidentes de trabalho, observando e orientando os trabalhadores quanto ao uso correto e adequado dos equipamentos de segurança nas suas rotinas diárias com orientação sempre do Técnico de Segurança contratado pela Cooperativa.



Figura 11: XI Sipat



Figura 12: XI Sipat

### **14.3 Desenvolvimento profissional**

A CERSUL em parceria com a FECOERUSC (Federação das Cooperativas do Estado de Santa Catarina) e OCECSC (Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina), auxilia seus colaboradores investindo na sua qualificação profissional, através de treinamentos, palestras e cursos, para o desenvolvimento de habilidades e competências, assim melhorando o seu desempenho funcional.

Também auxilia através do SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo) cursos técnicos, graduações e especializações, no ultimo ano 11 (onze)



colaboradores das áreas afins da Cooperativa receberam este benefício.

O programa jovem aprendiz, é obrigatório por lei para todas as empresas com mais de 30 funcionários. A Cersul, então, fechou contrato com o CIEE e SESCOOP, e tem contratado dois jovens entre 14 e 24 anos, que foram selecionados pelo CIEE nas escolas públicas do município de Turvo.

#### **14.4 Responsabilidade Social**

Em prol das comunidades da área de atuação da permissionária, foram mantidos os convênios com as associações e hospitais da região para arrecadações mensais, pagas por seus associados via fatura de energia elétrica. O valor arrecadado que ultrapassou a quantia de 2,1 milhões de reais foi repassado para essas entidades, sem custo algum para as mesmas.

A Cersul realiza o gerenciamento de seus impactos, controlando, prevenindo e compensando adversidades que estão situadas nas áreas onde ocorrem as operações e manutenção de suas redes de distribuição.

A Cersul mantém implantado, um sistema de gestão ambiental (SGA), com o objetivo de controle de documentos, criação de programas ambientais, análise das questões ambientais que envolvem a atividade de distribuição de energia.

Em 2015 a permissionária desenvolveu VI Eco dia do projeto Amigos da Natureza. O projeto foi realizado no mês de setembro com a participação dos municípios de Turvo, Ermo, Meleiro, Timbé do Sul e Morro Grande. Este projeto tem como objetivo despertar a consciência ambiental na nova geração através da mudança de pequenas práticas em seus hábitos cotidianos.

Para que os objetivos do projeto Amigos da Natureza fossem atingidos, as crianças puderam participar da Sala de Ciência do SESC, que com ajuda de instrutores realizaram experimentos com materiais reaproveitados; como garrafas PET, para fazer bilboquê, porta treco, e cofre. Nestas oficinas são ensinados a importância da coleta seletiva, de como economizar energia e água, demonstrando o quanto estas atitudes ajudam o meio ambiente.

Como o mês de outubro é o mês do dia das crianças, foram convidadas as escolas para as crianças participarem do pedágio do brinquedo, que juntamente com as doações do SESC, foram entregues a Casa de Acolhimento de Turvo.



Figura13: VI Projeto Eco dia



Figura14: VI Projeto Eco dia

O projeto Amigos da Natureza de 2015 teve a participação de 432 crianças e dos colaboradores da Cersul, que participaram de forma ativa para a sua realização.

Buscando a preservação ambiental a Cooperativa desenvolve o programa de coleta seletiva e gerenciamento dos resíduos sólidos, onde faz a correta separação e armazenamento, facilitando assim a destinação para reciclagem. Os demais resíduos são tratados e destinados de acordo com os preceitos da NBR 10.004. Assim lâmpadas, pilhas, baterias e materiais contaminados com óleos entre outros, são encaminhados para tratamento por empresas especializadas.

### **14.5 Educação ambiental**

Para um envolvimento maior dos colaboradores o setor realizou atividades ambientais incentivando a correta destinação dos lixos eletrônicos e o descarte correto do óleo de cozinha, assim priorizando o conhecimento de seus colaboradores na questão ambiental, que é um dos objetivos da CERSUL, visando assim, minimizar os impactos causados ao meio ambiente em decorrência de suas atividades.

## **AGRADECIMENTOS**

Registramos nossos agradecimentos aos associados que tiveram um papel fundamental neste período de sucesso da CERSUL e aos membros do Conselho Fiscal pelo apoio prestado. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Cooperativa.

Turvo, 28 de março de 2016.

Conselho de Administração.

**Everton Aldir Schmidt**  
Presidente

**Jairo Luiz Canela**  
Vice-Presidente

**Luiz Carlos Marcon**  
Secretário

**Abel Olivo Neto**  
Cons. De Administração

**Selvino Londero**  
Cons. De Administração

**Eder Luis Dal Toe**  
Cons. De Administração

**Clovis Rodrigues Pelizzari**  
Cons. De Administração

## 2 Parecer do Conselho Fiscal




### CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

CNPJ/MF: 86.512.670/0001-02 - Inscrição Estadual: 250.249.537 - NIRE: 424.0000.391-5

Ata da reunião do Conselho Fiscal da CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, em caráter extraordinário, com fins específicos de apurar o Relatório da Diretoria, Balanços e Contas relativas ao exercício de 2015. Aos vinte oito dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis, às dezessete horas, na sala de reuniões do Escritório Central desta Cooperativa, localizada a Rua Antonio Bez Batti, 525, Centro, Turvo, Santa Catarina, CEP 88.930-000, CNPJ 86.512.670/0001-02, I.E. 250.249.537 e NIRE 4240000391-5. Reuniram-se os membros efetivos do Conselho Fiscal, o Coordenador: Orlando Margoti Piazza, o Secretário: Juliano Angeloni e o Membro Efetivo: Lucas Piazza Rossi. Para tratarem de assuntos relativos à apreciação de contas de que trata o artigo 44º (quadragésimo quarto) item XI (décimo primeiro) do Estatuto Social. Após minucioso exame dos documentos e acolhido o parecer emitido pelos auditores independentes, decidiram por unanimidade aprovar os balancetes mensais e o balanço geral, inclusive o demonstrativo e o relatório do Conselho de Administração, referentes ao exercício anual encerrado em 31 de dezembro de 2015, emitindo seu parecer e recomendando à Assembleia Geral Ordinária a sua aprovação. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada pelo Coordenador, Orlando Margoti Piazza. Para constar, eu, Juliano Angeloni, secretário, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim e demais membros presentes do Conselho Fiscal. TURVO (SC), 28 de março de 2016.

  
ORLANDO MARGOTI PIAZZA  
Coordenador

  
JULIANO ANGELONI  
Secretário

  
LUCAS PIAZZA ROSSI  
Membro Efetivo

### 3 Demonstrações Contábeis Societárias

#### 3.1 Balanço Patrimonial

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO		2015	2014
<b>CIRCULANTE</b>	<b>Nota</b>	<b>15.594</b>	<b>11.665</b>
Caixa e bancos		919	420
Aplicações financeiras	✔ 05	4.856	4.511
Consumidores associados	✔ 06	6.332	4.729
Adiantamentos diversos		67	97
Impostos a recuperar	✔ 07	843	715
Estoques	✔ 08	540	314
Serviços em curso	✔ 09	1.156	636
Ativos regulatórios	✔ 10	648	-
Despesas de exercícios seguintes		94	90
Outras contas a receber	✔ 11	139	153
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>68.567</b>	<b>50.651</b>
Impostos a recuperar	✔ 07	814	524
Ativo indenizado (Permissão)	04-I	17.745	13.805
Depósitos judiciais		3	3
<b>INVESTIMENTOS</b>		<b>362</b>	<b>350</b>
Participações societárias permanentes	✔ 12	362	350
<b>IMOBILIZADO</b>		<b>60</b>	<b>-</b>
<b>INTANGIVEL</b>	04-J	<b>49.583</b>	<b>35.969</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>84.161</b>	<b>62.316</b>

## PASSIVO

		2015	2014
<b>CIRCULANTE</b>		<b>9.331</b>	<b>5.585</b>
Fornecedores	13	429	1.020
Salários e ordenados a pagar	14	186	172
Impostos, taxas e contribuições	15	352	322
Sobras a repassar geração	16	1.379	1.379
Taxas regulamentares	17	2.625	933
Passivos regulatórios	18	2.316	-
Provisão para férias	19	759	733
Outros débitos	20	1.285	1.026
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>2.194</b>	<b>6</b>
Impostos, taxas e contribuições	14	1	1
Passivos regulatórios	18	2.188	-
Processos trabalhistas e cíveis	22	5	-
Outros débitos	20	-	5
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>72.636</b>	<b>56.725</b>
<b>CAPITAL SOCIAL</b>		<b>149</b>	<b>145</b>
Capital social realizado	23	149	145
<b>RESERVAS DE CAPITAL</b>		<b>8.512</b>	<b>8.512</b>
Doações e subvenções		1.232	1.232
Outras reservas de capital		7.280	7.280
<b>AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL</b>		<b>249</b>	<b>407</b>
Ajuste de avaliação patrimonial		249	407
<b>AVALIAÇÃO REGULATÓRIA COMPULSÓRIA</b>		<b>12.830</b>	<b>-</b>
Ajuste de avaliação patrimonial		12.830	-
<b>RESERVAS ESTATUTÁRIAS</b>		<b>49.399</b>	<b>46.196</b>
Reserva legal		6.462	6.129
Fates		2.310	2.235
Reserva de ampliação		27.528	26.198
Reservas de sobras		13.099	11.634
<b>SOBRAS DO EXERCÍCIO</b>		<b>1.497</b>	<b>1.465</b>
Sobras a disposição da AGO	24	1.497	1.465
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>84.161</b>	<b>62.316</b>

### 3.2 Demonstração do Resultado do Exercício

#### DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO (Valores expressos em milhares de Reais)

	PERÍODOS	
	01/jan/15	01/jan/14
	a	a
	31/dez/15	31/dez/14
<b>INGRESSOS OPERACIONAIS</b>	<b>48.978</b>	<b>39.371</b>
Fornecimento de energia	17.658	10.733
Disponibilização do sistema de distribuição	25.098	20.597
Receita de construção da infraestrutura	5.674	5.472
Ativos e passivos financeiros setoriais	(2.488)	-
Serviços	549	539
Serviços cobráveis	31	47
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serv. Público	2.456	1.983
<b>DEDUÇÕES DOS INGRESSOS</b>	<b>(15.579)</b>	<b>(7.796)</b>
Tributos e contribuições sobre a receita	(9.715)	(7.091)
Encargos do consumidor	(5.864)	(705)
<b>INGRESSOS LÍQUIDOS</b>	<b>33.399</b>	<b>31.575</b>
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>	<b>(31.478)</b>	<b>(29.069)</b>
Dispêndio com energia elétrica adquirida	(11.915)	(9.407)
Encargos de uso do sistema de distribuição	(900)	(809)
<b>Custo de operação</b>		
Pessoal (inclui remuneração a administradores)	(6.554)	(6.732)
Material	(971)	(1.215)
Serviços de terceiros	(929)	(1.191)
Depreciação e amortização	(3.468)	(2.610)
Provisões	(26)	(400)
Seguros, tributos e alugueis	(750)	(839)
Custo de construção da infraestrutura	(5.674)	(5.472)
Outros	(291)	(394)
<b>SOBRA BRUTA</b>	<b>1.921</b>	<b>2.506</b>
<b>INGRESSOS (DISPÊNDIOS) FINANCEIROS</b>	<b>1.188</b>	<b>869</b>
Dispêndios financeiros	(135)	(64)
Ingressos financeiros	1.323	933
<b>OUTROS INGRESSOS E DISPÊNDIOS</b>	<b>(1.239)</b>	<b>(151)</b>
<b>SOBRAS ANTES DA CONTR. SOCIAL E IR</b>	<b>1.870</b>	<b>3.224</b>
<b>IMPOSTOS SOBRE ATO NÃO COOPERATIVO</b>	<b>(17)</b>	<b>(24)</b>
<b>SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO</b>	<b>1.853</b>	<b>3.200</b>

### 3.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

#### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Valores expressos em milhares de Reais)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL - Doações e Subvenções	OUTRAS RESERVAS CAPITAL	AVALIAÇÃO REGULATÓRIA COMPULSÓRIA	AJUSTE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS				SOBRAS (PERDAS) A DISPOSIÇÃO DA AGO	TOTAIS	
						FUNDO DE RESERVA LEGAL	FATES	RESERVA AMPLIAÇÃO	DE RESERVA DE SOBRAS			TOTAIS
<b>SALDOS 31/DEZ/13</b>	141	1.232	7.280	-	599	5.803	2.168	24.895	10.190	43.056	2.044	54.292
<b>1 - AUMENTO DE CAPITAL</b>	4											4
- Integralização (devolução) de quotas												
<b>2 - AUMENTO DE RESERVAS</b>						326	238	1.303	1.444	1.444	(2.044)	(600)
- Destinações estatutárias												
- Destinações AGO												
<b>3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS</b>					(132)		(171)			(171)	132	(171)
- Realização da Fates												
- Realização do ajuste a valiação patrimonial												
- Ajustes de exercícios anteriores												
<b>4 - SOBRAS APURADAS NO EXERCÍCIO</b>											3.200	3.200
<b>SALDOS 31/DEZ/14</b>	145	1.232	7.280	-	407	6.129	2.235	26.198	11.634	46.196	1.465	56.725
<b>1 - AUMENTO DE CAPITAL</b>	4											4
- Integralização (devolução) de quotas												
<b>2 - AUMENTO DE RESERVAS</b>				14.389		333	219	1.330		1.882	(1.882)	-
- Destinações estatutárias												
- Avaliação regulatória (Aditivo Contrato Permissão)												
- Destinações AGO												
<b>3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS</b>				(1.559)			(144)			(144)	1.690	(144)
- Realização da Fates												
- Realização do ajuste a valiação patrimonial												
- Ajustes de exercícios anteriores					(27)						(165)	(192)
<b>4 - SOBRAS APURADAS NO EXERCÍCIO</b>											1.854	1.854
<b>SALDOS 31/DEZ/15</b>	149	1.232	7.280	12.830	249	6.462	2.310	27.528	13.099	49.399	1.497	72.636
<b>MUTAÇÕES DO PERÍODO</b>	4	-	-	12.830	(158)	333	75	1.330	1.465	3.203	32	15.911



### 3.4 Demonstração do Fluxo de Caixa

#### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Valores expressos em milhares de Reais)

	PERÍODOS	
	01/jan/15	01/jan/14
	a	a
	31/dez/15	31/dez/14
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>4.247</b>	<b>3.390</b>
Sobras do exercício	1.853	3.200
Ajustes de exercícios anteriores	(165)	-
Redução (Aumento) de consumidores associados	(1.603)	(615)
Redução (Aumento) de impostos a recuperar	(418)	(100)
Redução (Aumento) de estoques	(226)	(202)
Redução (Aumento) de adiantamentos	30	(21)
Redução (Aumento) de despesas exerc. Seguintes	(4)	(9)
Redução (Aumento) de serviços em curso	(520)	(467)
Redução (Aumento) de ativos regulatórios	(648)	-
Redução (Aumento) de outras contas a receber	14	181
Aumento (Redução) de fornecedores	(591)	279
Aumento (Redução) de salários a pagar	14	16
Aumento (Redução) de impostos e contrib. diversas	30	(472)
Aumento (Redução) de adiantamentos	-	(1)
Aumento (Redução) de provisão de férias	26	49
Aumento (Redução) de taxas regulamentares	1.692	250
Aumento (Redução) de passivos regulatórios	4.504	-
Aumento (Redução) de processos cíveis a pagar	5	-
Aumento (Redução) de sobras a repassar geração	-	600
Aumento (Redução) de outros débitos	254	702
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(17.625)</b>	<b>(2.148)</b>
(Aumento) Redução do ativo indenizado (permissão)	(3.940)	(1.507)
(Aumento) Redução dos investimentos	(12)	(13)
(Aumento) Redução do imobilizado	(60)	-
(Aumento) Redução do intangível	(13.613)	(628)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>14.222</b>	<b>(766)</b>
Realização de reservas	(171)	(170)
Aumento (Redução) do capital social	4	4
Distribuição de sobras para investimentos	-	(600)
Avaliação regulatória compulsória	14.389	-
<b>AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>844</b>	<b>476</b>
Disponibilidades no início do exercício	4.931	4.455
Disponibilidades no final do exercício	5.775	4.931

### 3.5 Demonstração do Valor Adicionado

#### DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (Valores expressos em milhares de Reais)

	PERÍODOS	
	01/jan/15	01/jan/14
	a	a
	31/dez/15	31/dez/14
<b>GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>48.979</b>	<b>39.371</b>
Fornecimento de energia	17.658	10.733
Uso do sistema de distribuição	25.098	20.597
Receita de construção da infraestrutura	5.674	5.472
Ativos e passivos financeiros setoriais	(2.488)	-
Outros serviços e receitas operacionais	3.037	2.569
<b>(-) INSUMOS ADQU. DE TERCEIROS</b>	<b>(22.982)</b>	<b>(20.118)</b>
Energia Elétrica	(12.814)	(10.216)
Custo de construção da infraestrutura	(5.674)	(5.472)
Serviços de terceiros	(1.531)	(1.558)
Manutenções da rede, veículos e materiais de uso	(1.007)	(1.453)
Combustíveis, telefone, água, energia, correio	(412)	(498)
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	(26)	(400)
Outros	(1.518)	(521)
<b>(=) VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>25.997</b>	<b>19.253</b>
<b>(-) RETENÇÕES</b>	<b>(3.468)</b>	<b>(2.610)</b>
Depreciação do período	(3.468)	(2.610)
<b>(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>	<b>22.529</b>	<b>16.643</b>
<b>(+) VALORES REC. DE TERCEIROS</b>	<b>1.322</b>	<b>946</b>
Receitas financeiras	915	731
Outras receitas	407	215
<b>(+) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>23.851</b>	<b>17.589</b>
<b>(=) DISTRIB. DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>(23.851)</b>	<b>(17.589)</b>
Remuneração do trabalho, encargos e benefícios	(6.244)	(6.401)
Governo (Impostos, taxas e contribuições)	(15.619)	(7.924)
Terceiros (Juros, multas e outras desp. financeiras)	(135)	(64)
Sobras do exercício	(1.853)	(3.200)

### **3.6 Notas Explicativas**

## **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**

Turvo - SC

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO  
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE  
DEZEMBRO DE 2015.**

# **CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**

Turvo - SC

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

(Valores expressos em milhares de Reais)

### **NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, com sede na cidade de Turvo, estado de Santa Catarina e tem como principal objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico da sua área de atuação, por meio da distribuição de energia elétrica e serviços de interesse do seu quadro de associados. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no país, atuando no ramo de infra-estrutura, no setor de distribuição de energia elétrica, sendo tal atividade regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A permissão para atuar no setor de distribuição de energia elétrica tem como prazo único de 20 (vinte anos) contados a partir de 28 de novembro de 2008.

### **NOTA 02 - DA PERMISSÃO**

A permissionária detém permissão válida até o ano 2028 para a distribuição de energia elétrica em 11 (onze) municípios na região Sul do Estado de Santa Catarina. Em 5 (cinco) municípios, a permissão é exclusiva da Cersul, e nos outros 6 (seis), a permissão é dividida com outras cooperativas e concessionárias que atuam no Estado.

A distribuição se dá integralmente nos municípios de Turvo, Meleiro, Ermo, Morro Grande e Timbé do Sul, e parcialmente em, Araranguá, Maracajá, Sombrio, Jacinto Machado, Forquilha e Nova Veneza, atendendo a mais de 17,3 mil unidades consumidoras distribuídas em 124 localidades.

### **NOTA 03 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os dispositivos introduzidos pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Tais dispositivos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo *Internacional Accounting Standard Board – IASB*.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

#### **A) BASE DE MENSURAÇÃO**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Administração da permissionária definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02(R2) e Resolução CFC N° 1.295/10 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

#### **B) ESTIMATIVAS CONTÁBEIS**

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo intangível, estoques, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos e passivos regulatórios e provisão para férias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A permissionária revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

### **NOTA 04 - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS**

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações contábeis, destacamos:

#### **A) CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Compostos por valores em espécie e depósitos bancários disponíveis.

#### **B) APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO E TÍTULOS DE VALORES MOBILIÁRIOS**

Estão demonstrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

#### **C) CONSUMIDORES A RECEBER**

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros os empréstimos e recebíveis.

#### **D) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA**

As contas a receber de consumidores e outros estão apresentados líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável. A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de

forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

**E) ESTOQUE (INCLUSIVE DO ATIVO IMOBILIZADO)**

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, e aqueles destinados a investimentos, estão registrados ao custo médio de aquisição.

**F) ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS**

Os efeitos contábeis e financeiros produzidos pelas revisões e reajustes tarifários, e que geraram valores de ativos e passivos regulatórios, os quais são controlados através de registros conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, não afetaram as demonstrações contábeis societárias até o exercício findo 2014.

Em 25 de novembro de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Reajuste Tarifário-IRT. A Nota Técnica nº 280/2014-SFF/SCT/SRE/ANEEL detalha a análise para incluir, nos Contratos de Concessão e Permissão, tal dispositivo.

O Comunicado Técnico CTG 08, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, considera que o aditamento aos Contratos de Concessão e Permissão, representa um elemento novo que elimina, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias e Permissionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quando à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Conforme consta do CTG 08, a partir das alterações e aditivos aos contratos de concessão ou permissão, referidos ativos e passivos passam a ser qualificados como financeiros e, portanto, devendo ser registrados nas demonstrações contábeis das distribuidoras de energia elétrica.

A Cersul assinou o Termo Aditivo ao Contrato de Permissão em dezembro de 2015, assim registrando os valores de ativos e passivos regulatórios conforme demonstrado na Nota “10” e “18” respectivamente, a partir desta data.

#### **G) INVESTIMENTOS**

As participações societárias permanentes nas diversas cooperativas de crédito e federações estão registradas pelo seu custo de aquisição mais as sobras capitalizadas em sua conta capital.

#### **H) IMOBILIZADO**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzida de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nos respectivos Tipos de Unidades de Cadastro - TUC, conforme determina a Resolução ANEEL 367/2009, às taxas anuais constantes da tabela anexa XVI - TAXAS DE DEPRECIACÃO. Em função do disposto nas instruções contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no Imobilizado em Curso, estão registrados neste subgrupo como custo.

Conforme determina o ICPC 01 e OCPC 05, os bens vinculados a contratos de permissão de serviço público devem ser classificados como Ativo financeiro indenizável e intangível.

#### **I) PERMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO INDENIZADO)**

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da permissão, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infra-estrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos consumidores.

Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial.

#### **J) INTANGÍVEL**

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de permissão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, 677, de 13 de dezembro de 2011 e 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis, os ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A permissionária entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que, os registros contábeis e a base de cálculo da amortização regulatória são determinados pelo Agente Regulador.

## **K) TAXAS REGULAMENTARES**

### **a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)**

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

### **b) Programa de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)**

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

### **c) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)**

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário e permissionário.

### **d) Bandeiras Tarifárias**

A partir de 1º de julho de 2015, as contas de energia passaram a trazer o Sistema de Bandeiras Tarifárias. As bandeiras verde, amarela e vermelha indicam se a energia custa mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade, como segue:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,025 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;



- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A tarifa sobre acréscimo de R\$ 0,045 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

## **L) RECONHECIMENTO DE RECEITA**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a permissionária e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

### *a) Receita Não Faturada*

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

### *b) Receita de Construção*

A ICPC 01(R1) estabelece que o concessionário e permissionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão/missão.

A permissionária contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infra-estrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da permissionária é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a permissionária terceiriza a construção da infra-estrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

## **M) INSTRUMENTOS FINANCEIROS NÃO DERIVATIVOS**

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos, assim como outras contas a pagar.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito a seguir.

*Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento*

Se a cooperativa tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

#### ***Instrumentos financeiros disponíveis para venda***

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações são reconhecidas diretamente no Patrimônio Líquido, líquidas dos efeitos tributários. A cooperativa não possui instrumentos financeiros disponíveis para venda.

#### ***Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado***

Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a cooperativa gerencia esses investimentos e toma as decisões de aplicação e resgate com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento do seu fluxo de caixa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

#### ***Instrumentos financeiros derivativos***

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. A cooperativa não possui instrumentos financeiros derivativos.

#### **N) SALÁRIOS E ORDENADOS PAGAR**

Estão demonstrados pelos valores das obrigações com salários de funcionários e com honorários de dirigentes, devidos até a data do balanço.

#### **O) PROVISÃO DE FÉRIAS**

Foi constituída para cobertura de 1/3 das férias vencidas e proporcionais, acrescidas dos respectivos encargos sociais até a data do balanço.

#### **P) OBRIGAÇÕES VINCULADAS A PERMISSÃO**

Com a assinatura do contrato de permissão de distribuição de energia elétrica, a Cooperativa vem buscando obedecer às normas padronizadas do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE. Diante de tal situação, os saldos das contas do subgrupo 223 – Obrigações vinculadas à permissão, do passivo não circulante, para fins de elaboração do Balanço Patrimonial de 2015, estão sendo apresentados como redução do ativo financeiro indenizado (Permissão).

**Q) OUTROS DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo que estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

**R) APURAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS**

As sobras e perdas são apuradas pelo regime de competência.

**NOTA 05 - APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO E TÍTULOS DE VALORES MOBILIÁRIOS**

<b>Instituição financeira</b>	<b>Tipo de aplicação</b>	<b>Remuneração</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
C. E. Federal	CDB Flex	1,0 a 1,09/CDI	3.144	4.368
B.Brasil	CDB	Variável	976	-
Sicoob Credisulca	CDB	1,0 / CDI	736	143
<b>TOTAL</b>			<b>4.856</b>	<b>4.511</b>

**NOTA 06 - CONSUMIDORES ASSOCIADOS****A) COMPOSIÇÃO DAS CONTAS A RECEBER**

<b>Classes</b>	<b>Legislação Societária</b>	
	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Residencial	692	530
Industrial	2.951	2.155
Comercial	494	361
Rural	936	730
Poder Público	55	33
Iluminação Pública	232	166
Serviço Público	3	6
Parcelamento de Energia	787	778
Fornecimento não faturado	1.276	987
<b>Subtotal – Consumidores</b>	<b>7.426</b>	<b>5.746</b>
Serviço Taxado	6	6
Participação Financeira	100	161
Outros Créditos	33	51
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<b>7.565</b>	<b>5.964</b>
<b>PROVISÃO P/CRÉDITO LIQ. DUV.</b>	<b>(1.233)</b>	<b>(1.235)</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>6.332</b>	<b>4.729</b>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em conformidade com o que determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, enquadrados nas seguintes situações:

- 1) Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- 2) Consumidores comerciais vencidos a mais de 180 dias;
- 3) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias.

#### NOTA 07 - IMPOSTOS A RECUPERAR

<b>CURTO PRAZO</b>	<b>Legislação Societária</b>	
	<b>2015</b>	<b>2014</b>
ICMS a recuperar	29	54
ICMS sobre ativo imobilizado (W1)	517	421
Pis a recuperar	65	65
Saldo negativo de IRPJ e CSLL (W2)	230	172
IRRF aplicações financeiras	2	3
	<b>843</b>	<b>715</b>

<b>LONGO PRAZO</b>	<b>Legislação Societária</b>	
	<b>2015</b>	<b>2014</b>
ICMS sobre ativo imobilizado (W1)	814	524
	<b>814</b>	<b>524</b>

Valores de impostos e contribuições a serem compensados ou ressarcidos a curto e longo prazo, dos quais tiveram a seguinte procedência:

**W1** – ICMS sobre a compra de bens do ativo imobilizado, no qual terá sua compensação em 48 parcelas mensais.

**W2** – Saldo negativo de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, apurados sobre o resultado com terceiros, dos quais foram recolhidos por estimativa.

#### NOTA 08 – ESTOQUES

<b>Material</b>	<b>Legislação Societária</b>	
	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Almoxarifado em Serviço	98	91
Bens Destinados a Alienação	5	4
Resíduos e sucatas	9	3
Adiantamento a Fornecedores	428	216
<b>Total</b>	<b>540</b>	<b>314</b>

## NOTA 09 – SERVIÇOS EM CURSO

	Legislação Societária	
	2015	2014
Serviços Prestados a Terceiros	279	212
Serviços Próprios	397	145
Projetos P&D/PEE	406	435
Desativações e alienações em Curso	48	(188)
Outros Projetos	26	32
<b>Total</b>	<b>1.156</b>	<b>636</b>

Valores referentes a serviços ainda não concluídos dos quais produzirão aumento do ativo imobilizado ou despesa, dependendo da característica e origem do serviço.

## NOTA 10 – ATIVOS REGULATÓRIOS

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2015	2014
CDE Neutralidade	193	-
PROINFA Neutralidade	6	-
IF CUSD e PIS e COFINS	449	-
<b>Total</b>	<b>648</b>	<b>-</b>

Valores registrados contabilmente a partir da assinatura do Aditivo de contrato de permissão, conforme Nota 04-F.

## NOTA 11 – OUTRAS CONTAS A RECEBER

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2015	2014
Serviços prestados a receber (W1)	106	108
Rateio perda período 2000	1	1
Cheques e Parcelamentos a receber	194	194
Alienações a receber	0	12
Implantação Resolução ANEEL	32	32
Provisão de perdas de cheques e parcelamentos	(194)	(194)
<b>Total</b>	<b>139</b>	<b>153</b>

**W1** – Valores a receber referente à instalação e equipamentos de padrão de medição, no qual serão recebidos através da fatura mensal de cada consumidor que contratou o serviço.

## NOTA 12 – INVESTIMENTOS

	Legislação Societária	
	2015	2014
<b>Coligadas</b>		
Fecoerusc	2	2
Fecoerusc Oficina	22	27
Credisulca	331	315
Brasil Telecon/Telesc/Outras	7	6
<b>Total</b>	<b>362</b>	<b>350</b>

## NOTA 13 - FORNECEDORES

	Legislação Societária	
	2015	2014
Materiais	394	863
Serviços	35	157
<b>Total</b>	<b>429</b>	<b>1.020</b>

## NOTA 14 – SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR

	Legislação Societária	
	2015	2014
Empregados	173	156
Diretores	13	16
<b>Total</b>	<b>186</b>	<b>172</b>

## NOTA 15 – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2015	2014
INSS – Folha de pagamento	154	144
INSS – Parcelamento	-	-
FGTS – Folha de pagamento	45	44
IRRF – Folha de pagamento	52	47
ICMS	-	-
Retenções PJ – IRRF/ISSQN/INSS	27	13
PIS – Folha de pagamento	6	7
PIS – Ação judicial	66	66
PIS, COFINS, CSLL ato não cooperado	2	1
<b>Total</b>	<b>352</b>	<b>322</b>

## NOTA 16 – SOBRAS A REPASSAR GERAÇÃO

Valores remanescentes das sobras dos períodos findos em 2011, 2012 e 2013, os quais foram aprovados em assembléia geral ordinária, para que os mesmos possam ser repassados para a atividade de geração de energia, o qual será pago para a Cooperativa de Geração de Energia e Desenvolvimento conforme decisão da administração. O valor de R\$ 1.379 mil está assim representado:

<b>Período</b>	<b>Sobra a disposição AGO</b>	<b>Valor do repasse aprovado</b>	<b>Valor a repassar</b>
2011	R\$ 3.328 mil	R\$ 800 mil	R\$ 179
2012	R\$ 2.659 mil	R\$ 600 mil	R\$ 600
2013	R\$ 2.044 mil	R\$ 600 mil	R\$ 600
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 1.379</b>

#### NOTA 17 – TAXAS REGULAMENTARES

	<b>Legislação Societária</b>	
	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Quota da conta de consumo combustíveis – CCC	-	-
Quota da conta de desenvolvimento energético - CDE	639	54
FNDC	10	11
MME	5	5
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	147	275
Programa em eficiência energética – PEE	771	582
Taxa de fiscalização	7	6
Bandeiras tarifárias	1.046	-
Encargos ex-isolados	-	-
<b>Total</b>	<b>2.625</b>	<b>933</b>

#### NOTA 18 – PASSIVOS REGULATÓRIOS

<b>CURTO PRAZO</b>	<b>Legislação Societária</b>	
	<b>2015</b>	<b>2014</b>
PROINFA - Neutralidade	111	-
TFSEE	22	-
CDE Neutralidade	44	-
Bandeiras tarifárias	1.334	-
Item Financeiro – Ajuste Revisão	805	-
<b>Total</b>	<b>2.316</b>	<b>-</b>

<b>LONGO PRAZO</b>	<b>Legislação Societária</b>	
	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Item Financeiro – Ajuste Revisão	2.188	-
<b>Total</b>	<b>2.188</b>	<b>-</b>

Valores registrados contabilmente a partir da assinatura do Aditivo de contrato de permissão, conforme Nota 04-F.

## NOTA 19 – PROVISÃO PARA FÉRIAS

	Legislação Societária	
	2015	2014
INSS	154	149
FGTS	45	43
PIS	5	5
Férias	555	536
<b>Total</b>	<b>759</b>	<b>733</b>

## NOTA 20 – OUTROS DÉBITOS

CURTO PRAZO	Legislação Societária	
	2015	2014
Convênios - repasses consig./contrib.sind./plan.saúde	19	20
Prêmios de seguros	11	7
Decisões judiciais/processos a pagar	2	4
Convênio iluminação pública	38	35
Convênios c/ hospitais e associações – repasses	204	170
Capital social a devolver associado	76	76
Sobras a distribuir	24	24
Devol. á efetuar /duplicidade/créditos á identificar	15	18
Compra de crédito de ICMS a pagar – empresa <b>W1</b>	883	666
Outros	13	6
<b>Total</b>	<b>1.285</b>	<b>1.026</b>

LONGO PRAZO	Legislação Societária	
	2015	2014
Pró-labore (gestão anterior)	-	5
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>5</b>

**W1** – Eventualmente a Permissionária compra créditos de ICMS de empresas privadas que possuem tal crédito, no intuito de aproveitar benefícios tais como deságio e prazo de pagamento.

## NOTA 21 - CONTINGÊNCIAS TRIBUTÁRIAS

No exercício de 2006, a Cooperativa sofreu fiscalização da SRF – Secretaria da Receita Federal referente ao PIS – Programa de Integração Social e a COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, em relação aos fatos geradores ocorridos de setembro de 2001 a junho de 2006, resultando no Auto de Infração nº 09.2.01.00-2006.00354-0 no montante de R\$ 2.678.969,22 (dois milhões, seiscentos e setenta e oito mil, novecentos e sessenta e nove reais e vinte e dois centavos).



Não foi realizada provisão para tal valor, visto que o mesmo está sendo discutido judicialmente e possui parecer jurídico com provável êxito na impugnação para que seja anulada a referida notificação.

## **NOTA 22 - OUTRAS CONTINGÊNCIAS**

Com base nas análises efetuadas pela assessoria jurídica da entidade, os riscos de perda das causas classificados como “Prováveis”, chegam ao valor de R\$ 5 mil, dos quais foram realizados os registros contábeis dessas contingências.

Para as demais causas com riscos classificados como “Remotos” ou “Possíveis”, fica dispensado o registro contábil dessas contingências, conforme disposto na Resolução CFC Nº 1.180/09.

## **NOTA 23 - CAPITAL SOCIAL**

Pertence inteiramente a associados domiciliados no país e está totalmente integralizado, correspondente a participação de 15.256 (quinze mil, duzentos e cinquenta e seis) associados em 31/dez./2015.

## NOTA 24 - DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS

As destinações estatutárias foram calculadas de acordo com o estatuto social, conforme quadro a seguir:

<b>Demonstrativo da Base de Cálculo</b>	<b>Valor R\$</b>
A) Ajustes de exercícios anteriores	(165)
B) Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	1.691
C) Sobras líquidas do exercício	1.853
<b>Total das sobras</b>	<b>3.379</b>
(D) Resultado com associados	3.326
(E) Resultado com terceiros	53
<b>Total das Sobras</b>	<b>3.379</b>
<b>BASE PARA AS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS</b>	<b>3.326</b>
<b>Demonstrativo das Destinações Estatutárias</b>	
F) Reserva Legal - 10%	333
G) Reserva de Assistência Técnica Educacional Social (RATES) = (5%) + (Resultado com terceiros)	219
H) Reserva de Manutenção, Ampliações e Melhorias - 40%	1.330
<b>I) Total das destinações estatutárias</b>	<b>1.882</b>
<b>J) Sobras À disposição da AGO</b>	<b>1.497</b>

### **3.7 Parecer do Auditor Independente**

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Ilmos. Srs.**

**Diretores, Conselheiros e Associados da  
CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA  
Turvo - SC**

Examinamos as demonstrações contábeis da **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações das sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da permissionária é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da permissionária para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da permissionária. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, lidas em conjunto com suas notas explicativas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CERSUL – COOPERATIVA DE**

**DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA** em 31 de dezembro de 2015, o resultado de suas operações, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfase**

Em 25 de novembro de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Reajuste Tarifário-IRT. Desta forma a Permissionária registrou, a partir da data de assinatura (dez/2015) do Termo Aditivo ao contrato de permissão, em seu balanço societário, os valores de Ativos e Passivos regulatórios conforme rege Comunicado Técnico CTG 08/2014 e Orientação Técnica OCP 08, demonstrado na Nota 04-F.

**Outros Assuntos**

**Informação Suplementar – Demonstração do Valor Adicionado**

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da Administração da Cooperativa, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Criciúma, 24 de março de 2016.

**MÜLLER EYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S**  
**CRC/SC-006351/O**

**JOSÉ HENRIQUE EYNG**  
**CONTADOR CRC-SC Nº 17.329/O-8**  
**CNAI Nº 638**

## 4 Demonstrações Contábeis Regulatórias

### 4.1 Balanço Patrimonial

#### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO		2015	2014
<b>CIRCULANTE</b>	<b>Nota</b>	<b>15.596</b>	<b>12.028</b>
Caixa e equivalentes de caixa		919	420
Aplicações no mercado aberto		4.856	4.511
Consumidores	07	6.371	4.729
Serviços em curso		1.108	825
Tributos compensáveis		843	715
Almoxarifado operacional		540	314
Ativos regulatórios		648	363
Despesas pagas antecipadamente		94	90
Outros ativos circulantes		217	61
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>68.318</b>	<b>64.396</b>
Tributos compensáveis		814	524
Depósitos judiciais e cauções		3	3
Participações societárias		361	350
Imobilizado	08	66.980	63.364
Intangível	08	160	155
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>83.914</b>	<b>76.424</b>

## 4.2 Demonstração do Resultado do Exercício

### PASSIVO

	2015	2014
<b>CIRCULANTE</b>	<b>9.331</b>	<b>6.031</b>
Fornecedores	429	1.020
Obrigações sociais e trabalhistas	1.221	1.169
Tributos	95	81
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	24	24
Encargos setoriais	2.625	933
Passivos regulatórios	2.316	447
Outros passivos circulantes	2.621	2.357
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>2.194</b>	<b>2.867</b>
Provisão para litígios	5	5
Passivos regulatórios	2.188	2.861
Outros passivos não circulantes	1	1
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>72.389</b>	<b>67.526</b>
Capital social	149	145
Reservas de capital	8.513	8.513
Reavaliação regulatória compulsória	12.830	14.389
Reservas de sobras	49.400	43.014
Lucros ou prejuízos acumulados	1.497	1.465
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>83.914</b>	<b>76.424</b>

### 4.3 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL - Doações e Subvenções	OUTRAS RESERVAS CAPITAL	AVALIAÇÃO REGULATÓRIA COMPULSÓRIA	AJUSTES RESULTADOS REGULATÓRIOS	RESERVAS ESTATUTÁRIAS				SOBRAS (PERDAS) A DISPOSIÇÃO DA AGO	TOTAIS	
						FUNDOS DE RESERVA LEGAL	FATES	RESERVA DE AMPLIAÇÃO	RESERVA DE SOBRAS			TOTAIS
<b>SALDOS 31/DEZ/13</b>	141	1.232	7.280	15.712	(4.137)	5.803	2.168	24.895	10.190	43.056	2.044	65.328
<b>1 - AUMENTO DE CAPITAL</b>												
- Integralização (devolução) de quotas	4											4
<b>2 - AUMENTO DE RESERVAS</b>												
- Destinações estatutárias						326	238	1.303	1.444	1.444	(2.044)	(600)
- Destinações AGO										1.867	(1.867)	
<b>3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS</b>												
- Realização da Fates							(171)			(171)		(171)
- Realização do ajuste a valiação patrimonial											132	
- Ajustes Regulatórios (IFRS)					955							
<b>4 - SOBRAS APURADAS NO EXERCÍCIO</b>											3.200	3.200
<b>SALDOS 31/DEZ/14</b>	145	1.232	7.280	14.389	(3.182)	6.129	2.235	26.198	11.634	46.196	1.465	67.525
<b>1 - AUMENTO DE CAPITAL</b>												
- Integralização (devolução) de quotas	4											4
<b>2 - AUMENTO DE RESERVAS</b>												
- Destinações estatutárias						333	219	1.331	1.465	1.883	(1.882)	1
- Destinações AGO										1.465	(1.465)	
<b>3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS</b>												
- Realização da Fates							(144)			(144)		(144)
- Realização do ajuste a valiação patrimonial					3.182						1.690	3.313
- Ajustes de exercícios anteriores											(165)	(165)
<b>4 - SOBRAS APURADAS NO EXERCÍCIO</b>											1.854	1.854
<b>SALDOS 31/DEZ/15</b>	149	1.232	7.280	12.830	-	6.462	2.310	27.529	13.099	49.400	1.497	72.388
<b>MUTAÇÕES DO PERÍODO</b>	4	-	-	(1.559)	3.182	333	75	1.331	1.465	3.204	32	4.863

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

## 4.4 Demonstração do Fluxo de Caixa

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Valores expressos em milhares de Reais)

	PERÍODOS	
	01/jan/15	01/jan/14
	a	a
	31/dez/15	31/dez/14
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>7.429</b>	<b>4.345</b>
Sobras do exercício	5.002	3.673
Ajustes de exercícios anteriores	(165)	-
Redução (Aumento) de consumidores associados	(1.603)	(615)
Redução (Aumento) de impostos a recuperar	(418)	(100)
Redução (Aumento) de estoques	(226)	(202)
Redução (Aumento) de adiantamentos	30	(21)
Redução (Aumento) de despesas exerc. Seguintes	(4)	(9)
Redução (Aumento) de serviços em curso	(520)	(467)
Redução (Aumento) de ativos regulatórios	(648)	-
Redução (Aumento) de outras contas a receber	14	181
Aumento (Redução) de fornecedores	(591)	279
Aumento (Redução) de salários a pagar	14	16
Aumento (Redução) de impostos e contrib. diversas	30	(472)
Aumento (Redução) de adiantamentos	-	(1)
Aumento (Redução) de provisão de férias	26	49
Aumento (Redução) de taxas regulamentares	1.692	250
Aumento (Redução) de passivos regulatórios	4.537	482
Aumento (Redução) de processos cíveis a pagar	5	-
Aumento (Redução) de sobras a repassar geração	-	600
Aumento (Redução) de outros débitos	254	702
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(17.625)</b>	<b>(2.148)</b>
(Aumento) Redução do ativo indenizado (permissão)	(3.940)	(1.507)
(Aumento) Redução dos investimentos	(12)	(13)
(Aumento) Redução do imobilizado	(60)	-
(Aumento) Redução do intangível	(13.613)	(628)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>11.040</b>	<b>(1.721)</b>
Realização de reservas	(171)	(170)
Aumento (Redução) do capital social	4	4
Distribuição de sobras para investimentos	-	(600)
Ajustes / sobras regulatórias	(3.182)	(955)
Avaliação regulatória compulsória	14.389	-
<b>AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>844</b>	<b>476</b>
Disponibilidades no início do exercício	4.931	4.455
Disponibilidades no final do exercício	5.775	4.931



## **4.5 Notas Explicativas**

### **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**

**Turvo - SC**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
REGULATÓRIAS DO EXERCÍCIO FINDO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014.**

**COM RELATÓRIO DOS AUDITORES  
INDEPENDENTES**

# **CERSUL – COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**

**Turvo - SC**

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATORIAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014.**

(Valores expressos em milhares de reais)

### **NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cooperativa tem por objetivo principal a distribuição de energia elétrica, para uso residencial, comercial, rural ou industrial, de modo a atender exclusivamente seus consumidores, podendo, porém, ter por objetivo os serviços ligados diretamente ao fornecimento de energia elétrica. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no país, atuando no ramo de infraestrutura, no setor de distribuição de energia elétrica, sendo tal atividade regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

### **NOTA 02 – PRINCIPAIS ATIVIDADES**

Distribuição de energia elétrica adquirida, manutenção e operação das linhas de transmissão e distribuição aos seus consumidores.

### **NOTA 03 – DAS PERMISSÕES**

A permissionária detém permissão válida até o ano 2028 para a distribuição de energia elétrica em 11 (onze) municípios na região Sul do Estado de Santa Catarina. Em 5 (cinco) municípios, a permissão é exclusiva da CERSUL, e nos outros 6 (seis), a permissão é dividida com outras cooperativas e concessionárias que atuam no Estado.

A distribuição se dá integralmente nos municípios de Turvo, Meleiro, Ermo, Morro Grande e Timbé do Sul, e parcialmente em, Araranguá, Maracajá, Sombrio, Jacinto Machado, Forquilha e Nova Veneza, atendendo a mais de 17,3 mil unidades consumidoras distribuídas em 124 localidades.

### **NOTA 04 – SETOR ELÉTRICO NO BRASIL**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com o contrato de permissão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Permissionária, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da

Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

#### **NOTA 05 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

#### **NOTA 06 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias, e ajustadas quanto ao que se estabelece abaixo:

**Ativos e passivos financeiros setoriais:** O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo

Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Os efeitos contábeis e financeiros produzidos pelas revisões e reajustes tarifários, e que geraram valores de ativos e passivos regulatórios, os quais são controlados através de registros conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, não afetaram as demonstrações contábeis societárias até o exercício findo 2014.

Em 25 de novembro de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Reajuste Tarifário-IRT. A Nota Técnica nº 280/2014-SFF/SCT/SRE/ANEEL detalha a análise para incluir, nos Contratos de Concessão e Permissão, tal dispositivo.

O Comunicado Técnico CTG 08, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, considera que o aditamento aos Contratos de Concessão e Permissão, representa um elemento novo que elimina, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias e Permissionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quando à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Conforme consta do CTG 08, a partir das alterações e aditivos aos contratos de concessão ou permissão, referidos ativos e passivos passam a ser qualificados como financeiros e, portanto, devendo ser registrados nas demonstrações contábeis das distribuidoras de energia elétrica.

A Cersul assinou o Termo Aditivo ao Contrato de Permissão em dezembro de 2015, assim registrando os valores de ativos e passivos regulatórios conforme demonstrado na Nota “10” e “18” das demonstrações contábeis societárias, a partir desta data.

**Imobilizado em serviço:** Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 2014. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

**Imobilizado em curso:** Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

**Intangível:** Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

**Obrigações especiais vinculadas à concessão:** Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

**Reserva de reavaliação:** é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL e foi registrada em 2014.

**Reconhecimento de receita:** A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no

mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

## NOTA 07 – CONSUMIDORES, PERMISSIONÁRIA E CONCESSIONÁRIAS

### Composição das Contas a Receber

DESCRIÇÃO - R\$ Mil	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					TOTAL 2015	TOTAL 2014
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos	RENEGOCIADO A VENCER		RENEGOCIADO VENCIDA		Provisão p/ Devedores Duvidosos		
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
<b>Fornecimento de Energia</b>	<b>5.440</b>	<b>-</b>	<b>492</b>	<b>9</b>	<b>12</b>	<b>855</b>	<b>(885)</b>	<b>15</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>765</b>	<b>(339)</b>	<b>6.371</b>	<b>4.729</b>
Residencial	509	-	94	5	7	77	(89)	2	1	1	11	(11)	607	451
Industrial	2.210	-	201	2	0	538	(538)	1	0	1	723	(298)	2.840	2.078
Comercial	381	-	51	1	3	59	(61)	5	-	0	16	(16)	438	304
Rural	749	-	145	1	3	38	(38)	7	1	3	14	(13)	909	696
Poderes Públicos	44	-	-	-	-	12	(12)	-	-	-	-	-	44	20
Iluminação Pública	99	-	-	-	-	133	(133)	-	-	-	-	-	99	22
Serviço Público	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	6
Serviço Taxado	3	-	1	0	0	2	(14)	-	-	-	-	-	(8)	(6)
Outros créditos consumidores	166	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	166	175
Fornecimento Não Faturado	1.276	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.276	987
(-) Arrecadação Processo Classif.	-	-	-	-	-	(3)	-	-	-	-	-	-	(3)	(3)
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento\Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>5.440</b>	<b>-</b>	<b>492</b>	<b>9</b>	<b>12</b>	<b>855</b>	<b>(885)</b>	<b>15</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	<b>765</b>	<b>(339)</b>	<b>6.371</b>	<b>4.729</b>

## NOTA 08 – IMOBILIZADO

A composição do imobilizado é como segue:

Tab 20

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depre- ciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014	Obriga- ções Especiais Brutas	Amorti- zação Acum.	Obriga- ções Especiais Líquidas
<b>Geração</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Transmissão</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Distribuição</b>	<b>78.383</b>	<b>6.393</b>	<b>(3.327)</b>	-	-	<b>81.450</b>	<b>3.066</b>	<b>(22.246)</b>	<b>59.204</b>	<b>57.815</b>	<b>(1.044)</b>	-	<b>(1.044)</b>
Terrenos	148	-	-	-	-	148	-	-	148	148	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	207	-	-	-	-	207	-	(60)	148	154	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	77.364	5.915	(3.199)	-	-	80.080	2.717	(21.791)	58.289	57.184	(1.044)	-	(1.044)
Veículos	318	429	(87)	-	-	660	342	(216)	444	138	-	-	-
Móveis e Utensílios	346	48	(41)	-	-	354	8	(179)	175	191	-	-	-
<b>Administração</b>	<b>427</b>	<b>55</b>	<b>(2)</b>	-	-	<b>479</b>	<b>52</b>	<b>(310)</b>	<b>169</b>	<b>153</b>	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	159	51	-	-	-	210	51	(119)	91	54	-	-	-
Veículos	134	-	-	-	-	134	-	(116)	18	30	-	-	-
Móveis e Utensílios	134	4	(2)	-	-	136	1	(75)	61	69	-	-	-
<b>Comercialização</b>	<b>112</b>	<b>40</b>	<b>(151)</b>	-	-	<b>2</b>	<b>(111)</b>	<b>(0)</b>	<b>2</b>	<b>55</b>	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	28	16	(43)	-	-	1	(27)	(0)	1	13	-	-	-
Veículos	57	12	(69)	-	-	-	(57)	-	-	28	-	-	-
Móveis e Utensílios	28	11	(39)	-	-	1	(27)	(0)	1	14	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>78.923</b>	<b>6.488</b>	<b>(3.480)</b>	-	-	<b>81.930</b>	<b>3.008</b>	<b>(22.555)</b>	<b>59.375</b>	<b>58.022</b>	<b>(1.044)</b>	-	<b>(1.044)</b>



Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava-liação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depre-ciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014	Obriga-ções Especiais Brutas	Amorti-zação Acum.	Obriga-ções Especiais Líquidas
<b>Geração</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Transmissão</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Distribuição</b>	<b>6.539</b>	<b>16.584</b>	<b>(14.175)</b>	-	-	<b>8.948</b>	<b>2.409</b>	-	<b>8.948</b>	<b>6.539</b>	<b>(302)</b>	-	<b>(302)</b>
Máquinas e Equipamentos	4.553	8.350	(6.018)	-	-	6.885	2.333	-	6.885	4.553	(302)	-	(302)
Outros	1.986	8.234	(8.157)	-	-	2.063	76	-	2.063	1.986	-	-	-
<b>Administração</b>	<b>7</b>	<b>93</b>	<b>(100)</b>	-	-	<b>0</b>	<b>(7)</b>	-	<b>0</b>	<b>7</b>	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	7	43	(51)	-	-	0	(7)	-	0	7	-	-	-
Outros	-	50	(50)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Comercialização</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>(13)</b>	-	-	<b>1</b>	<b>(6)</b>	-	<b>1</b>	<b>7</b>	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	7	2	(8)	-	-	1	(6)	-	1	7	-	-	-
Outros	-	5	(5)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>6.553</b>	<b>16.684</b>	<b>(14.288)</b>	-	-	<b>8.949</b>	<b>2.395</b>	-	<b>8.949</b>	<b>6.553</b>	<b>(302)</b>	-	<b>(302)</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>85.476</b>	<b>23.172</b>	<b>(17.768)</b>	-	-	<b>90.879</b>	<b>5.403</b>	<b>(22.555)</b>	<b>68.324</b>	<b>64.576</b>	<b>(1.346)</b>	-	<b>(1.346)</b>

Tab 21

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amorti- zação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014
<b>Ativo Intangível em Serviço</b>										
<b>Geração</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do Bem Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Transmissão</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Distribuição</b>	<b>277</b>	<b>77</b>	<b>(9)</b>	-	-	<b>345</b>	<b>68</b>	<b>(224)</b>	<b>121</b>	<b>129</b>
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	277	77	(9)	-	-	345	68	(224)	121	129
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Administração</b>	<b>23</b>	<b>16</b>	-	-	-	<b>39</b>	<b>16</b>	<b>(19)</b>	<b>20</b>	<b>9</b>
Softwares	23	16	-	-	-	39	16	(19)	20	9
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Comercialização</b>	<b>22</b>	<b>17</b>	<b>(39)</b>	-	-	-	<b>(22)</b>	-	-	<b>8</b>
Softwares	22	17	(39)	-	-	-	(22)	-	-	8
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>322</b>	<b>110</b>	<b>(48)</b>	-	-	<b>384</b>	<b>62</b>	<b>(243)</b>	<b>141</b>	<b>147</b>
<b>Ativo Intangível em Curso</b>										
<b>Geração</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do Bem Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Transmissão</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Distribuição</b>	-	<b>57</b>	<b>(38)</b>	-	-	<b>19</b>	<b>19</b>	-	<b>19</b>	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	57	(38)	-	-	19	19	-	19	-
<b>Administração</b>	-	<b>16</b>	<b>(16)</b>	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	16	(16)	-	-	-	-	-	-	-
<b>Comercialização</b>	<b>8</b>	-	<b>(8)</b>	-	-	-	<b>(8)</b>	-	-	<b>8</b>
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	8	-	(8)	-	-	-	(8)	-	-	8
<b>Subtotal</b>	<b>8</b>	<b>73</b>	<b>(62)</b>	-	-	<b>19</b>	<b>11</b>	-	<b>19</b>	<b>8</b>
<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>330</b>	<b>184</b>	<b>(110)</b>	-	-	<b>403</b>	<b>73</b>	<b>(243)</b>	<b>160</b>	<b>155</b>

Tab 22

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
<b>AIS Bruto</b>	<b>77.364</b>	<b>5.915</b>	<b>(3.199)</b>	-	-	<b>80.080</b>	<b>2.717</b>
Transformador de Distribuição	-	-	-	-	-	-	-
Medidor	-	-	-	-	-	-	-
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	77.364	5.915	(3.199)	-	-	80.080	2.717
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	-	-
<b>Obrigações Especiais do AIS Bruto</b>	<b>(933)</b>	<b>(117)</b>	<b>6</b>	-	-	<b>(1.044)</b>	<b>(112)</b>
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	(933)	(117)	6	-	-	(1.044)	(112)
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Originadas da Receita	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-

Tab 23

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2015			2014
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
Geração		-	-	-	-
Custo Histórico		-	-	-	-
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
Transmissão		-	-	-	-
Custo Histórico		-	-	-	-
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
Distribuição		<b>81.450</b>	<b>(22.246)</b>	<b>59.204</b>	<b>57.815</b>
Custo Histórico		81.450	(22.246)	59.204	57.815
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
Administração		<b>479</b>	<b>(310)</b>	<b>169</b>	<b>153</b>
Custo Histórico		479	(310)	169	153
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
Comercialização		<b>2</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>55</b>
Custo Histórico		2	0	2	55
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	-
Custo Histórico		-	-	-	-
Correção Monetária Especial		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
		<b>81.931</b>	<b>(22.555)</b>	<b>59.375</b>	<b>58.022</b>
<b>Em Curso - R\$ Mil</b>					
Geração		-	-	-	-
Transmissão		-	-	-	-
Distribuição		8.948	-	<b>8.948</b>	<b>6.539</b>
Administração		-	-	-	7
Comercialização		1	-	1	7
Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	-
		<b>8.949</b>	-	<b>8.949</b>	<b>6.553</b>
		<b>90.879</b>	<b>(22.555)</b>	<b>68.324</b>	<b>64.576</b>

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na permissão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

<b>Nº Processo</b>	<b>Tensão</b>	<b>em R\$ mil</b>
23954/14	Baixa	328
18386/14	Baixa	284
16009/14	Média	246
16780/14	Média	245
10948/14	Média	171
4274/14	Média	152
21064/13	Média	149
21979/14	Média	132
17/14	Média	116
15887/14	Baixa	91
<b>Total</b>		<b>1.913</b>

As dez principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

<b>Nº Processo</b>	<b>em R\$ mil</b>
16959/14	135
15038/15	119
22396/15	113
7023/15	105
16780/14	89
4274/14	78
10948/14	72
7777/14	70
22412/15	70
16009/14	68
<b>Total</b>	<b>919</b>

## NOTA 09 – OBRIGAÇÕES VINCULADAS À PERMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

São obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Tab 32

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
<b>Em serviço</b>		<b>(1.044)</b>	-	-	<b>(1.044)</b>
Participação da União, Estados e Municípios		-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor		(967)	-	-	(967)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		(77)	-	-	(77)
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento		-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda		-	-	-	-
Excedente de reativos		-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
<b>(-) Amortização Acumulada - AIS</b>		<b>(302)</b>	-	-	<b>(302)</b>
Participação da União, Estados e Municípios		-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor		-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento		-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		-	-	-	-
Outros		(302)	-	-	(302)
Ultrapassagem de demanda		(97)	-	-	(97)
Excedente de reativos		(106)	-	-	(106)
Diferença das perdas regulatórias		-	-	-	-
Outros		(99)	-	-	(99)
<b>Total</b>		<b>(1.346)</b>	-	-	<b>(1.346)</b>

Tab 33

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2014	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2015	Valor Líquido em 31/12/2014
<b>Em serviço</b>	<b>(933)</b>	<b>(117)</b>	<b>6</b>	-	-	<b>(1.044)</b>	<b>(112)</b>	-	<b>(1.044)</b>	<b>(933)</b>
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	(856)	(117)	6	-	-	(967)	(112)	-	(967)	(856)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(77)	-	-	-	-	(77)	-	-	(77)	(77)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Em curso</b>	<b>(279)</b>	<b>(156)</b>	<b>133</b>	-	-	<b>(302)</b>	<b>(23)</b>	-	<b>(302)</b>	<b>(279)</b>
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(279)	(156)	133	-	-	(302)	(23)	-	(302)	(279)
Ultrapassagem de demanda	(55)	(42)	-	-	-	(97)	(42)	-	(97)	(55)
Excedente de reativos	(63)	(43)	0	-	-	(106)	(43)	-	(106)	(63)
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	(161)	(71)	133	-	-	(99)	62	-	(99)	(161)
<b>Total</b>	<b>(1.212)</b>	<b>(273)</b>	<b>139</b>	-	-	<b>(1.346)</b>	<b>(135)</b>	-	<b>(1.346)</b>	<b>(1.212)</b>

## NOTA 10 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**Capital Social:** O valor do capital do social de R\$ 149 mil pertence inteiramente a associados domiciliados no país, correspondente à participação de 15.256 (quinze mil, duzentos e cinquenta e seis) associados em 31/dez./2015.

### **Reservas de Sobras:**

<b>Reserva de Sobras</b>	<b>Legislação Regulatória</b>	
	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Reserva legal	6.462	6.129
Reserva de assistência técnica educacional social	2.310	2.235
Reserva de ampliação e melhoria	27.529	26.198
Reserva de sobras revertidas	13.099	11.634
Sobras a disposição da AGO	1.497	1.465
<b>Total</b>	<b>50.897</b>	<b>47.661</b>

### **Outras reservas:**

	<b>Legislação Regulatória</b>	
	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Reservas de capital	8.512	8.512
Ajustes IFRS referente contabilidade regulatória	-	(3.182)
Avaliação regulatória compulsória	12.830	14.389
<b>Total</b>	<b>21.342</b>	<b>19.719</b>



## NOTA 11 – PESSOAL E ADMINISTRADORES

<b>Tab 35</b>		
<b>Pessoal e Administradores</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Pessoal</b>	<b>6.311</b>	<b>6.433</b>
Remuneração	3.929	3.915
Encargos	1.727	1.851
Previdência privada	-	-
Previdência - Fundação - Mantenedora	-	-
Previdência - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Assistência médica	117	103
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	1	56
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	537	509
<b>Administradores</b>	<b>243</b>	<b>299</b>
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	243	299
Benefícios dos administradores	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
<b>Total</b>	<b>6.554</b>	<b>6.732</b>

## NOTA 12 – DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SEGREGADO POR ATIVIDADE

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos a Demonstração do Resultado do Exercício Segregado por atividade e simplificada - até a rubrica de Resultado da Atividade - de 31 de dezembro de 2015, das Unidades de Negócio: Geração (G), Transmissão (T) e Comercialização (C).

<b>Tab 36</b>				<b>Controladora</b>
<b>R\$ Mil em 2015</b>	<b>Geração</b>	<b>Transmissão</b>	<b>Comercialização</b>	<b>Total</b>
<b>Receita / Ingresso</b>	-	-	<b>46.044</b>	<b>46.044</b>
Fornecimento de energia elétrica	-	-	17.747	17.747
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	-	-	25.009	25.009
Ativos e Passivos Regulatorios	-	-	801	801
Serviços cobráveis	-	-	31	31
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	2.456	2.456
Outras receitas	-	-	-	-
<b>Tributos</b>	-	-	<b>(9.715)</b>	<b>(9.715)</b>
ICMS	-	-	(9.694)	(9.694)
PIS-PASEP	-	-	(0)	(0)
Cofins	-	-	(2)	(2)
ISS	-	-	(19)	(19)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>	-	-	<b>(5.864)</b>	<b>(5.864)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	(149)	(149)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	(142)	(142)
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	-	-	(2.403)	(2.403)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	-	-	(81)	(81)
Outros encargos	-	-	(3.088)	(3.088)
<b>Receita líquida / Ingresso líquido</b>	-	-	<b>30.465</b>	<b>30.465</b>
<b>Custos não gerenciáveis - Parcela "A"</b>	-	-	<b>(12.814)</b>	<b>(12.814)</b>
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	(12.814)	(12.814)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais	-	-	-	-
Ativos Financeiros Setoriais	-	-	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais Passivos	-	-	-	-
Financeiros Setoriais	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-	-	-
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>	-	-	<b>17.651</b>	<b>17.651</b>
<b>Custos gerenciáveis - Parcela "B"</b>	-	-	<b>(13.475)</b>	<b>(13.475)</b>
Pessoal e administradores	-	-	(6.554)	(6.554)
Material	-	-	(971)	(971)
Serviços de terceiros	-	-	(929)	(929)
Arrendamento e aluguéis	-	-	(383)	(383)
Seguros	-	-	(33)	(33)
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-
Provisões	-	-	(26)	(26)
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-	-	-
(-) Recuperação de despesas	-	-	56	56
Tributos	-	-	(90)	(90)
Depreciação e amortização	-	-	(3.278)	(3.278)
Gastos diversos	-	-	(632)	(632)
Outras Receitas Operacionais	-	-	644	644
Outras Despesas Operacionais	-	-	(1.280)	(1.280)
<b>Resultado da Atividade</b>	-	-	<b>4.175</b>	<b>4.175</b>

## **NOTA 13 – REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO**

A CERSUL, sediada na cidade de Turvo/SC, atende atualmente cerca de 16 mil unidades consumidoras, cujo consumo de energia elétrica representa uma receita anual de aproximadamente 31 milhões de reais.

Em 28 de novembro de 2008, foi firmado o Contrato de Permissão nº 20/2010 entre a União e a CERSUL por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Esse contrato tem por objeto a regulação da exploração, pela permissionária, de serviços públicos de distribuição de energia elétrica. O Contrato de Permissão prevê a periodicidade anual do reajuste de tarifas de energia elétrica da permissionária, mediante aplicação de fórmula específica.

No processo de reajuste tarifário anual de 2014, as tarifas da CERSUL foram, em média, reajustadas em 11,89%, sendo 13,25% relativos ao cálculo econômico e -1,37% aos componentes financeiros pertinentes, conforme consta da Resolução Homologatória nº 1.792 de 16 de setembro de 2014.

Nos reajustes tarifários anuais, as tarifas de fornecimento e uso do sistema de distribuição são reajustadas de modo a recuperar a receita da permissionária decorrente da aplicação do índice de Reajuste Tarifário (IRT), calculado de acordo com fórmula paramétrica que consta do Contrato de Permissão.

Para fins de reajuste tarifário, a receita anual da permissionária é dividida em duas parcelas: a "Parcela A", formada pelos custos relacionados à compra de energia e uso do sistema de transmissão, além dos encargos setoriais; e a "Parcela B", formada por custos diretamente gerenciáveis pela permissionária, próprios da atividade de distribuição.

O índice de Reajuste Tarifário é dado pela razão entre o somatório do Valor da Parcela A (VPA) e do Valor da Parcela B (VPB), ambos atualizados para a "Data do Reajuste em Processamento" - DRP, e a Receita de Referência (RA), na "Data de Referência Anterior" - DRA.

As despesas formadoras da Parcela A são atualizadas para a data do reajuste em processamento de acordo com a legislação específica e podem sofrer variações distintas da inflação medida no período analisado. Os outros custos, constantes da Parcela B, são corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. A correção da Parcela B ainda depende do Fator X, índice fixado pela ANEEL por ocasião da revisão tarifária periódica, cuja função é compartilhar com o consumidor os ganhos de eficiência e competitividade da permissionária ao longo do ciclo tarifário.

O reajuste tarifário também compreende o cálculo dos componentes financeiros, que não compõem a Parcela A e B da permissionária, mas que são acrescentados ou subtraídos das tarifas finais pagas pelos consumidores para compensação nos 12 (meses) subsequentes ao reajuste tarifário em processamento.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 1.956, de 22 de setembro de 2015, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Outorgada resultantes do processo de reajuste tarifário de 2015, cujo reajuste médio foi de 29,59% percebido pelos consumidores.

Artigo 4º da resolução homologatória 1956/2015:

*Art. 4º Homologar o Índice de Reajuste Tarifário Anual - IRT de 27,36% (vinte e sete vírgula trinta e seis por cento), sendo 29,88% (vinte e nove vírgula oitenta e oito por cento) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e -2,52% (dois vírgula cinquenta e dois por cento negativos) relativos aos componentes financeiros.*

**Índice de Reposicionamento Tarifário**  
**Tabela 1 da NT 250/2015 ANEEL**

<b>Descrição</b>	<b>Valores (R\$)</b>
RA1 (VPA1+VBP0 x (IVI - X))	40.155.275,16
RA0	30.918.395,92
Índice de Reajuste Tarifário	29,88%
Componentes Financeiros	-2,52%
<b>Índice de Reajuste Tarifário com Financeiro</b>	<b>27,36%</b>

**Receita em DRA, participação dos custos da Receita de Referência**  
**Tabela 3 da NT 250/2015 ANEEL**

<b>Reajuste Tarifário</b>	<b>DRA (R\$)</b>	<b>Partic. na RA0</b>
<b>Encargos Setoriais</b>	<b>2.055.647,15</b>	<b>7%</b>
Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. - TFSEE	86.956,98	0,28%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	698.633,84	2,26%
PROINFA	973.147,13	3,15%
P&D e Eficiência Energética	296.909,19	0,96%
<b>Energia Comprada</b>	<b>5.754.162,44</b>	<b>19%</b>
Energia	5.754.162,44	18,61%
<b>Transporte de Energia</b>	<b>5.640.459,38</b>	<b>18%</b>
Uso do sistema de distribuição	5.640.459,38	18,24%
<b>Total Parcela A</b>	<b>13.450.268,97</b>	<b>44%</b>
<b>Total Parcela B</b>	<b>17.468.126,96</b>	<b>56%</b>
<b>RA0</b>	<b>30.918.395,92</b>	<b>100%</b>

**Participação das Parcelas A, B e financeiros no IRT**  
**Tabela 12 da NT 250/2015 ANEEL**

<b>Reajuste Tarifário</b>	<b>Variação</b>	<b>Participação no Reajuste</b>	<b>Participação na Receita</b>
<b>Encargos Setoriais</b>	<b>336,90%</b>	<b>22,40%</b>	<b>22,37%</b>
Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. - TFSEE	-4,50%	-0,01%	0,21%
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	999,00%	22,57%	19,12%
PROINFA	-6,80%	-0,21%	2,26%
P&D e Eficiência Energética	5,50%	0,05%	0,78%
<b>Energia Comprada</b>	<b>17,10%</b>	<b>3,18%</b>	<b>16,77%</b>
Energia	17,10%	3,18%	16,77%
<b>Transporte de Energia</b>	<b>1,90%</b>	<b>0,34%</b>	<b>14,31%</b>
Uso do sistema de Distribuição	1,90%	0,34%	14,31%
<b>Total de Parcela A</b>	<b>59,60%</b>	<b>25,92%</b>	<b>53,45%</b>
<b>Total de Parcela B</b>	<b>7,00%</b>	<b>3,96%</b>	<b>46,55%</b>
<b>Índice de Reajuste Tarifário Anual - IRT Econômico</b>		<b>29,88%</b>	
<b>Componentes Financeiros</b>		<b>Participação</b>	
Repasse de PIS/COFINS suprimimento		1,25%	
Neutralidade Encargos Setoriais		-0,56%	
Ajuste Financeiro ref. recálculo Reajuste/Revisão ano anterior		-3,21%	
<b>Total Financeiros</b>		<b>-2,52%</b>	
<b>IRT Financeiro</b>		<b>27,36%</b>	

## **NOTA 14 – CONCILIAÇÃO BALANÇO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO**

Para fins estatutários, a Concessionária seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Concessionária seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

**COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DO SUL CATARINENSE - CERSUL**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

**BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO**

(Valores expressos em milhares de reais)

Linha	Conta Contábil	Descrição	Nota de	2015			2014		
				Societário	Ajustes CPC's	Regulatório	Societário	Ajustes CPC's	Regulatório
<b>1</b>		<b>CIRCULANTE</b>		<b>15.595,66</b>	<b>(0,00)</b>	<b>15.595,66</b>	<b>11.664,41</b>	<b>363,22</b>	<b>12.027,64</b>
2		Caixa e equivalentes de caixa		918,59	(0,00)	918,59	419,64	-	419,64
3		Aplicações no mercado aberto		4.856,35	-	4.856,35	4.510,51	-	4.510,51
4		Consumidores		6.370,92	-	6.370,92	4.728,90	-	4.728,90
5		Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
6		Serviços em curso		1.108,17	-	1.108,17	825,13	-	825,13
7		Tributos compensáveis		842,86	-	842,86	714,81	-	714,81
8		Almoxarifado operacional		540,05	-	540,05	314,48	-	314,48
9		Ativos regulatórios	<b>06</b>	647,68	-	647,68	-	363,22	363,22
10		Despesas pagas antecipadamente		94,30	-	94,30	89,73	-	89,73
11		Outros ativos circulantes		216,74	-	216,74	61,21	-	61,21
<b>12</b>		<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>68.566,36</b>	<b>(248,74)</b>	<b>68.317,63</b>	<b>50.651,65</b>	<b>13.744,54</b>	<b>64.396,19</b>
13		Consumidores		-	-	-	-	-	-
14		Tributos compensáveis		813,55	-	813,55	524,16	-	524,16
15		Depósitos judiciais e cauções		3,10	-	3,10	3,10	-	3,10
16		Ativos regulatórios		-	-	-	-	-	-
17		Bens e direitos para uso futuro		-	-	-	-	-	-
18		Ativo indenizável concessão	<b>01</b>	17.744,67	(17.744,67)	-	13.805,35	(13.805,35)	-
19		Outros ativos não circulantes		-	-	-	-	-	-
20		Participações societárias		361,87	-	361,87	350,47	-	350,47
21		Imobilizado	<b>02</b>	60,45	66.919,04	66.979,49	-	63.363,69	63.363,69
22		Intangível	<b>03</b>	49.582,73	(49.423,11)	159,62	35.968,57	(35.813,80)	154,77
<b>23</b>		<b>ATIVO TOTAL</b>		<b>84.162,02</b>	<b>(248,74)</b>	<b>83.913,29</b>	<b>62.316,06</b>	<b>14.107,77</b>	<b>76.423,83</b>

**COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DO SUL CATARINENSE - CERSUL**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

**BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO**

(Valores expressos em milhares de reais)

Linha	Conta Contábil	Descrição	Nota de	2015			2014		
				Societário	Ajustes CPC's	Regulatório	Societário	Ajustes CPC's	Regulatório
<b>1</b>		<b>CIRCULANTE</b>		<b>9.330,65</b>	-	<b>9.330,65</b>	<b>5.583,99</b>	<b>447,11</b>	<b>6.031,10</b>
2		Fornecedores		428,77	-	428,77	1.019,67	-	1.019,67
3		Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	-	-	-	-
4		Obrigações sociais e trabalhistas		1.220,81	-	1.220,81	1.168,79	-	1.168,79
5		Tributos		94,67	-	94,67	81,41	-	81,41
6		Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		24,03	-	24,03	24,17	-	24,17
7		Encargos setoriais		2.625,40	-	2.625,40	933,43	-	933,43
8		Passivos regulatórios	<b>06</b>	2.315,56	-	2.315,56	-	447,11	447,11
9		Outros passivos circulantes		2.621,41	-	2.621,41	2.356,52	-	2.356,52
<b>10</b>		<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>2.193,94</b>	-	<b>2.193,94</b>	<b>6,02</b>	<b>2.860,99</b>	<b>2.867,01</b>
11		Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	-	-	-	-
12		Provisão para litígios		5,00	-	5,00	4,80	-	4,80
13		Passivos regulatórios	<b>06</b>	2.187,72	-	2.187,72	-	2.860,99	2.860,99
14		Outros passivos não circulantes		1,22	-	1,22	1,22	-	1,22
15		Obrigações vinculadas à concessão do SPEE		-	-	-	-	-	-
<b>16</b>		<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>72.637,44</b>	<b>(248,74)</b>	<b>72.388,70</b>	<b>56.726,04</b>	<b>10.799,66</b>	<b>67.525,70</b>
17		Capital social		149,45	-	149,45	144,65	-	144,65
18		Reservas de capital		8.512,92	-	8.512,92	8.512,85	-	8.512,85
19		Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-
20		Ajustes de Avaliação Patrimonial	<b>07</b>	248,74	(248,74)	-	407,18	(407,18)	-
		Reavaliação regulatória compulsória		12.829,64	-	12.829,64	-	14.388,81	14.388,81
21		Reservas de sobras		49.399,80	-	49.399,80	46.195,93	(3.181,97)	43.013,96
22		Lucros ou prejuízos acumulados		1.496,89	-	1.496,89	1.465,43	-	1.465,43
<b>23</b>		<b>PASSIVO TOTAL</b>		<b>84.162,03</b>	<b>(248,74)</b>	<b>83.913,29</b>	<b>62.316,05</b>	<b>14.107,76</b>	<b>76.423,81</b>



COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DO SUL CATARINENSE - CERSUL

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

DEMONSTRAÇÃO REGULATÓRIA DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(Valores expressos em milhares de reais)

Linha	Conta Contábil	Descrição	Nota de Ajustes	2015			2014		
				Societário	Ajustes CPC's	Regulatório	Societário	Ajustes CPC's	Regulatório
<b>Operações em Continuidade</b>									
<b>1</b>		<b>Receita / Ingresso</b>		<b>48.429,65</b>	<b>(2.385,36)</b>	<b>46.044,29</b>	<b>39.370,67</b>	<b>(4.492,87)</b>	<b>34.877,80</b>
2		Fornecimento de Energia Elétrica		17.746,97	-	17.746,97	10.732,77	987,03	11.719,80
3		Suprimento de Energia Elétrica		-	-	-	-	-	-
4		Energia Elétrica de curto prazo		-	-	-	-	-	-
5		Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		25.009,21	-	25.009,21	20.596,57	-	20.596,57
6		Ativos e passivos regulatórios	<b>06</b>	(2.488,16)	3.288,84	800,68	-	-	-
7		Serviços cobráveis		31,13	-	31,13	-	-	-
8		Doações, contribuições e Subvenções		2.456,30	-	2.456,30	-	-	-
9		Outras receitas	<b>05</b>	5.674,20	(5.674,20)	-	8.041,33	(5.479,90)	2.561,43
<b>10</b>		<b>Tributos</b>		<b>(9.715,31)</b>	<b>-</b>	<b>(9.715,31)</b>	<b>(7.090,85)</b>	<b>-</b>	<b>(7.090,85)</b>
11		ICMS		(9.694,35)	-	(9.694,35)	(7.072,71)	-	(7.072,71)
12		PIS/PASEP		(0,44)	-	(0,44)	-	-	-
13		COFINS		(2,02)	-	(2,02)	(1,85)	-	(1,85)
14		ISS		(18,50)	-	(18,50)	(16,29)	-	(16,29)
<b>15</b>		<b>Encargos - "Parcela A"</b>		<b>(5.863,77)</b>	<b>-</b>	<b>(5.863,77)</b>	<b>(704,94)</b>	<b>-</b>	<b>(704,94)</b>
16		Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(148,70)	-	(148,70)	(134,93)	-	(134,93)
17		Programa de Eficiência Energética - PEE		(142,33)	-	(142,33)	(134,93)	-	(134,93)
18		Reserva Global de Reversão - RGR		-	-	-	-	-	-
19		Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(2.403,15)	-	(2.403,15)	(435,08)	-	(435,08)
20		Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFUR		-	-	-	-	-	-
21		Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(81,22)	-	(81,22)	-	-	-
22		Outros Encargos		(3.088,37)	-	(3.088,37)	-	-	-
<b>23</b>		<b>Receita Líquida / Ingresso Líquido</b>		<b>32.850,57</b>	<b>(2.385,36)</b>	<b>30.465,21</b>	<b>31.574,88</b>	<b>(4.492,87)</b>	<b>27.082,01</b>
<b>24</b>		<b>Custos não Gerenciáveis - "Parcela A"</b>		<b>(12.814,42)</b>	<b>-</b>	<b>(12.814,42)</b>	<b>(10.299,08)</b>	<b>-</b>	<b>(10.299,08)</b>
25		Energia elétrica comprada para revenda		(12.814,42)	-	(12.814,42)	(10.216,42)	-	(10.216,42)
33		Outros		-	-	-	(82,66)	-	(82,66)
<b>36</b>		<b>Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis</b>		<b>20.036,15</b>	<b>(2.385,36)</b>	<b>17.650,79</b>	<b>21.275,80</b>	<b>(4.492,87)</b>	<b>16.782,93</b>
<b>37</b>		<b>Custos Gerenciáveis - "Parcela B"</b>		<b>(19.352,84)</b>	<b>5.877,44</b>	<b>(13.475,40)</b>	<b>(18.939,53)</b>	<b>5.175,72</b>	<b>(13.763,81)</b>
38		Pessoal e Administradores		(6.554,03)	-	(6.554,03)	(6.731,62)	-	(6.731,62)
39		Materiais		(970,73)	-	(970,73)	(1.214,62)	-	(1.214,62)
40		Serviço de Terceiros		(929,08)	-	(929,08)	(1.191,10)	-	(1.191,10)
41		Arrendamentos e Aluguéis		(383,03)	-	(383,03)	(530,27)	-	(530,27)
42		Seguros		(32,68)	-	(32,68)	(29,74)	-	(29,74)
43		Doações, Contribuições e Subvenções		-	-	-	-	-	-
44		Provisões		(25,90)	-	(25,90)	(400,02)	-	(400,02)
45		Perdas na Alienação de Bens e Direitos		-	-	-	-	-	-
46		(-) Recuperação de Despesas		55,64	-	55,64	39,74	-	39,74
47		Tributos		(90,21)	-	(90,21)	(37,81)	-	(37,81)
48		Depreciação e Amortização	<b>04</b>	(3.468,26)	190,19	(3.278,07)	(2.610,05)	(465,73)	(3.075,78)
49		Gastos Diversos		(632,18)	-	(632,18)	(6.234,04)	5.641,45	(592,59)
50		Outras Receitas Operacionais	<b>06</b>	631,42	13,05	644,47	-	-	-
51		Outras Despesas Operacionais	<b>05</b>	(6.953,80)	5.674,20	(1.279,60)	-	-	-
<b>52</b>		<b>Resultado da Atividade</b>		<b>683,31</b>	<b>3.492,08</b>	<b>4.175,39</b>	<b>2.336,27</b>	<b>682,85</b>	<b>3.019,12</b>
<b>54</b>		<b>Resultado Financeiro</b>		<b>1.187,16</b>	<b>(343,96)</b>	<b>843,20</b>	<b>868,94</b>	<b>(47,99)</b>	<b>820,95</b>
55		Despesas Financeiras	<b>06</b>	(135,35)	(371,89)	(507,24)	(63,63)	(58,33)	(121,96)
56		Receitas Financeiras	<b>06</b>	1.322,51	27,93	1.350,44	932,57	10,34	942,91
<b>57</b>		<b>Resultado Não Operacional</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>18,84</b>	<b>(161,54)</b>	<b>(142,70)</b>
<b>58</b>		<b>Resultado Antes dos Impostos sobre os Lucros</b>		<b>1.870,47</b>	<b>3.148,12</b>	<b>5.018,59</b>	<b>3.224,05</b>	<b>473,32</b>	<b>3.697,37</b>
59		Despesas com Impostos sobre os Lucros		(16,64)	-	(16,64)	(23,79)	-	(23,79)
<b>60</b>		<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>1.853,83</b>	<b>3.148,12</b>	<b>5.001,95</b>	<b>3.200,26</b>	<b>473,32</b>	<b>3.673,58</b>

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

### **[1] ATIVO FINANCEIRO DA PERMISSÃO (SOCIETÁRIO)**

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infra-estrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial. Na data da revisão tarifária da Permissionária, que ocorre a cada quatro anos (próxima revisão prevista para agosto de 2017), o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

### **[2] IMOBILIZADO**

Com base na aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão, o Ativo Imobilizado está demonstrado no balanço patrimonial societário pelos seguintes itens:

<b><u>Classificação conforme permissão</u></b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Ativo financeiro indenizável (Nota 1)	17.744,67	13.805,35
Imobilizado societário	60,45	0,00
Intangível - Uso da Infra Estrutura (Nota 3)	49.582,73	35.968,57
<b>Total Societário</b>	<b>67.387,85</b>	<b>49.773,92</b>
(+) Ajuste Notas 01, 02 e 03 Avaliação Regulatória/Soc	(248,74)	13.744,54
<b>(=) Imobilizado + Intangível Regulatório</b>	<b>67.139,11</b>	<b>63.518,46</b>

A agência reguladora (ANEEL) é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da concessionária entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infra-estrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização

desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro).

### **[3] INTANGÍVEL**

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de permissão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, 677, de 13 de dezembro de 2011 e 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis, os ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A permissionária entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que, os registros contábeis e a base de cálculo da amortização regulatória correspondem aos ativos avaliados ao novo valor de reposição.

### **[4] DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO**

A diferença na depreciação e amortização de R\$ 190,19 mil reais, entre a contabilidade regulatória (R\$ 3.278,07) e societária (R\$ 3.468,26), refere-se à realização das despesas com depreciação do valor da avaliação a valor justo (realizada em 2010).

### **[5] OUTRAS RECEITAS E GASTOS**

Referem-se a receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infra-estrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (I) a atividade fim da concessionária é a distribuição de energia elétrica; (II) toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e, (III) a concessionária terceiriza a construção da infra-estrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

A ICPC 01 (R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

## **[6] RESULTADO COM ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS**

Os efeitos contábeis e financeiros produzidos pelas revisões e reajustes tarifários, e que geraram valores de ativos e passivos regulatórios, os quais são controlados através de registros conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, não afetaram as demonstrações contábeis societárias até o exercício findo 2014.

Em 25 de novembro de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Reajuste Tarifário-IRT. A Nota Técnica nº 280/2014-SFF/SCT/SRE/ANEEL detalha a análise para incluir, nos Contratos de Concessão e Permissão, tal dispositivo.

O Comunicado Técnico CTG 08, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, considera que o aditamento aos Contratos de Concessão e Permissão, representa um elemento novo que elimina, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias e Permissionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quando à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Conforme consta do CTG 08, a partir das alterações e aditivos aos contratos de concessão ou permissão, referidos ativos e passivos passam a ser qualificados como financeiros e, portanto, devendo ser registrados nas demonstrações contábeis das distribuidoras de energia elétrica.

A Cersul assinou o Termo Aditivo ao Contrato de Permissão em dezembro de 2015, assim registrando os valores de ativos e passivos regulatórios a partir deste período, gerando tais ajustes do resultado do exercício de 2015.

## **[7] AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL (SOCIETÁRIO)**

Com a adoção inicial das novas normas contábeis, a permissionária realizou no período de 2010 avaliação patrimonial nos grupos classificados como terrenos, benfeitorias e veículos. Conforme Ofício de Encerramento de janeiro de 2013, o respectivo valor da avaliação inicial societária foi estornado do balanço regulatório.

## 4.6 Relatório do Auditor Independente



### **CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA.**

Turvo - SC

#### **CARTA DE CONTROLES INTERNOS Nº 26/2016**

(Recomendações para Aprimoramento dos  
Controles Internos)

#### **I - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES**

- (1.1) Com vistas à execução dos trabalhos de interim, referentes à auditoria independente voltada ao exame dos controles e procedimentos internos dessa cooperativa, relativas ao período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015, a sede da mesma foi visitada fevereiro e abril de 2016.
- (1.2) Os trabalhos foram realizados segundo padrões usuais de auditoria, incluindo, conforme o caso, a aplicação de testes e exames sobre as operações, livros, registros, documentos e posições contábeis e auxiliares em geral, numa base seletiva, na extensão e profundidade julgada necessárias nas circunstâncias.
- (1.3) De forma subsidiária aos objetivos dos trabalhos, relacionamos a seguir os pontos anotados no curso dos mesmos e que entendemos ser conveniente destacar, com as recomendações, conforme o caso, sobre controles internos, procedimentos contábeis em geral ou sobre outras situações, para informação e providências julgadas necessárias.
- (1.4) Tais pontos podem referir-se, de forma atualizada, a situações anteriormente relatadas que estiverem se repetindo.

## 2 – CONTROLES INTERNOS

Durante o período de 2015 realizamos testes nos procedimentos internos da cooperativa, bem como validação dos saldos contábeis em análise aos controles financeiros e de outros departamentos. Segue as principais situações elencadas em relação aos saldos contábeis:

Em atendimento as resoluções regulatórias expedidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL realizamos análise dos valores registrados no Ativo Imobilizado conforme Manual de Orientação dos Trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

De acordo com nossas verificações, descrevemos a seguir as situações que entendemos estarem em desacordo com as normas atuais, para que a Permissionária possa tomar as devidas providencias.

### (2.1) VALIDAÇÃO DOS CONTROLES AUXILARES

#### (2.1.1) FORNECEDORES

Validamos as movimentações e saldos das cotas de faturas a receber, comparando-os com os controles financeiros. Os seguintes testes/exames foram realizados:

As faturas de energia são controladas através do sistema financeiro (contas a receber) o qual recebe lançamentos automáticos de débitos (faturamento) e créditos (recebimento). Com base nos saldos apresentados no balancete foram realizados os seguintes testes.

- a) Saldo Contábil x Controle Auxiliar (amostra total).
- b) Recebimento das faturas/financeiro x Registro Contábil (amostragem).
- c) Relatório de recebimento x Crédito Bancário (amostragem).

Segue saldos validados:

*16*

Composição	Saldo Contábil	Controle Auxiliar	Conferência
<b>FORNECIMENTO DE ENERGIA</b>			
RESIDENCIAL	671.809,27	671.809,27	0,00
INDUSTRIAL	2.951.364,81	2.951.364,81	0,00
COMERCIAL	493.853,46	493.853,46	0,00
RURAL	935.940,18	935.940,18	0,00
PODER PUBLICO	55.256,17	55.256,17	0,00
ILUMINAÇÃO PÚBLICA	231.819,70	231.819,70	0,00
RESIDENCIAL BAIXA RENDA	19.953,25	19.953,25	0,00
(-) MICROGERAÇÃO	25,81		25,81
SERVIÇO PÚBLICO	3.102,49	3.102,49	0,00
RENDA NÃO FATURADA	1.275.852,17	1.297.274,07	8.578,10
<b>SERVIÇO TAXADO</b>			
TAXA DE LIGAÇÃO	160,00	160,00	0,00
TAXA DE RELIGAÇÃO	6.023,02	6.023,02	0,00
AFERIÇÃO DE MEDIDOR	11,43	11,43	0,00
TAXA MEDIÇÃO DE TENSÃO	30,22	30,22	0,00
2. VIA DE FATURA	51,77	51,77	0,00
<b>PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA</b>			
PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR	99.386,72	99.386,72	0,00
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>			
MULTAS E JUROS P/ ATRASO	74.358,87	74.358,87	0,00
PARCELAMENTO DE ENERGIA	605,26		605,26
<b>(-) ARRECADAÇÃO EM PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO</b>			
ARRECADAÇÃO EM PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO	-3.358,80		-3.358,80
<b>PCLD</b>			
RESIDENCIAL	-89.118,62	-89.118,62	0,00
INDUSTRIAL	-538.295,66	-538.295,66	0,00
COMERCIAL	-61.203,61	-61.203,61	0,00
RURAL	-38.229,33	-38.229,33	0,00
PODERES PÚBLICOS	-11.523,88	-11.523,88	0,00
ILUMINAÇÃO PÚBLICA	-132.905,88	-132.905,88	0,00
SERVIÇOS COBRÁVEIS	-13.798,06	-13.798,06	0,00
PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA	-9.468,06	-9.468,06	0,00
CONSUMIDORES - OUTROS CRÉDITOS	-38.525,23	-38.525,23	0,00
<b>PARCELAMENTOS</b>			
RESIDENCIAL	16.672,53	16.672,53	0,00
INDUSTRIAL	726.441,80	726.441,80	0,00
COMERCIAL	18.961,36	18.961,36	0,00
RURAL	24.506,60	24.506,60	0,00
<b>PROVISÃO (PCLD)</b>			
RESIDENCIAL	-10.963,15	-10.963,15	0,00
INDUSTRIAL	-297.760,63	-297.760,63	0,00
COMERCIAL	-16.422,25	-16.422,25	0,00
RURAL	-13.480,54	-13.480,54	0,00
	<b>6.331.131,19</b>	<b>6.325.280,62</b>	<b>5.890,37</b>

A



### (2.1.2) TRIBUTOS A RECUPERAR

Validamos os saldos e movimentações da conta de tributos compensáveis, a qual está representada no montante de R\$ 1.657 mil (R\$ 843 CP e R\$ 814 LP). Deste montante R\$ 1.330 mil (80%) se refere a créditos de ICMS sobre compras de ativo imobilizado (a) e saldo credor de ICMS (b) do período de dezembro de 2015.

Estes créditos estão assim controlados/apurados:

- ICMS sobre ativo imobilizado é controlado através do sistema gerencial, o qual possui as Fichas CIAP – Créditos de ICMS sobre Ativo Permanente.
- Saldo credor do período está composto pelos débitos das saídas e créditos das entradas, apurados através do sistema gerencial da empresa.

Nos testes realizados entre os documentos suporte, a) apuração mensal de ICMS, b) Fichas CIAP, c) Notas fiscais de entrada e d) saída, não encontramos exceções relevantes que pudessem afetar as demonstrações contábeis.

### (2.1.3) FORNECEDORES

Os registros das compras de fornecedores são controlados também através do sistema gerencial, o qual possui procedimentos de solicitação de compra, pedidos, cotações, etc.

Para a comprovação do saldo contábil (R\$ 429 mil), realizamos as seguintes análises:

- Saldo Contábil x Controle Auxiliar (amostra total).
- Comprovação da existência do documento suporte para o lançamento (Nota fiscal, Recibo, Contrato, etc) x Registro Contábil (amostragem).
- Comprovação de pagamento através de débitos bancários e/ou boletos (amostragem)

Nos testes realizados, comprovamos o adequado registro contábil, de acordo com os controles financeiros.

### (2.1.4) P&D / EE - SALDOS A SEREM APLICADOS

Por força de resolução do órgão regulador, a permissionária tem a obrigação de realizar investimentos em P&D/EE no montante de 1% da receita operacional líquida – ROL. Para a validação destes valores a cooperativa possui planilhas de acompanhamento, as quais são anualmente validadas através de auditoria específica, também regulamentada pela ANEEL.

Para a auditoria de balanço contábil findo 31/12/2015, realizamos os seguintes procedimentos de análise:

- Validação da planilha de cálculo da ROL, de acordo com o balancete contábil;
- Validação da planilha de atualização (Selic) dos saldos a investir a mais de dois meses.
- Validação das baixas contábeis pelo fechamento da ODS;
- Validação dos valores que compõem dos saldos já investidos e ainda não baixados (ODS em aberto).

Para os referidos testes acima citados, não identificamos exceções.

*K*



### **(2.1.5) ORDENS EM CURSO**

As ordens de imobilização (ODI) e ordens de serviço (ODS) são controles extras contábeis instituídas pelo agente regulador no intuito de mensurar os valores gastos em manutenção e ampliação das redes de distribuição da permissionária.

Para os valores registrados nestas contas contábeis, deve-se existir os mesmos valores sendo controlados através destas ordens em curso. Para a validação dos saldos das ordens em aberto, selecionamos amostragem e a respectiva análise de cada processo.

Apesar de evidenciarmos que os valores gastos estão sendo controlados através de Ordens em Curso, recomendamos que a Permissionária realize conciliação mensal do total das Ordens em Curso com os valores em aberto na contabilidade, com o intuito de vislumbrar mensalmente a ocorrência de inconsistências.

### **(2.1.6) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES**

Os tributos são controlados através do sistema gerencial da cooperativa, ou ainda através de planilhas de apuração/cálculo e acompanhamento.

Através de amostragens testamos os valores dos tributos a recolher com base controles e apurações da permissionária. Nas referidas análises não evidenciamos divergências relevantes que pudessem influenciar nas demonstrações contábeis.

A título de exemplo, demonstramos os testes realizados com o saldo de INSS a recolher.

Os valores do INSS a recolher são calculados através do sistema da folha de pagamento mantida pela cooperativa. De acordo com o resumo da folha fazemos as seguintes comparações:

*Ar*

Base INSS folha - Resumo Total - 12/2014	Total	BASE DE INFORMAÇÃO
Folha Total - SEM 13 SALARIO	374.211,33	GFP
13 SALARIO	0,00	
Sector 03	0,00	
<b>Base Total</b>	<b>374.211,33</b>	
Folha Contribuintes Individuais	31.434,99	GFP
<b>Base Total INSS</b>	<b>405.646,32</b>	<b>BASE A</b>
INSS Empresa 20%	74.842,27	20% DA BASE TOTAL
INSS descontado dos empregados c/c folha	39.811,12	GFP
Terciros (5,8%)	21.704,26	5,8% BASE TOTAL
RAT	10.328,23	2,76% BASE TOTAL
RAT - Agentes nocivos	0,00	GFP
INSS Empresa s/contribuintes individuais	6.287,00	RESUMO FOLHA E GFIP
INSS Segurado s/contribuintes individuais		
(-) Salário-maternidade/família	0,00	
(+) INSS s/ valores pagos a cooperativas de trabalho	749,33	GFP
<b>Total INSS a pagar c/c auditoria</b>	<b>153.722,21</b>	
GPS (guias do INSS)	154.025,22	
<b>Diferença</b>	<b>-303,01</b>	
<b>COMPOSIÇÃO DE INSS A RECOLHER - CONTABILIDADE:</b>		
INSS	154.025,22	
GPS (guias do INSS)	<b>154.025,22</b>	
<b>DIFERENÇA</b>	<b>0,00</b>	

Para os teste de validação e verificação, foram analisados o resumo da folha, GFIP (informações previdenciárias), GPS (guia de pagamento), legislação vigente.

### 3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas verificações realizadas, entendemos que os registros contábeis e financeiros estão sendo efetuados de forma adequada, exceto pelos pontos mencionados. Durante os trabalhos não foram evidenciadas situações que pudessem afetar consideravelmente as informações contábeis da cooperativa.

Salientamos que as análises realizadas tiveram por objetivo validar os saldos contábeis e testar a existência dos controles internos durante o período analisado para posteriores correções e aperfeiçoamento dos procedimentos.

Este trabalho não teve o intuito de analisar os gastos realizados pela cooperativa ou se os serviços contratados foram aplicados em sua totalidade.

Criciúma, 28 de abril de 2015.

  
**MÜLLERÉYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S**  
**CRC/SC-006351/O**  
**JOSÉ HENRIQUE EYNG**  
**Contador CRC-SC Nº 17.329/O-8**